

50X1-HUM

Page Denied

Lenin, Stalin e a PAZ

Prefácio de MAURICIO GRABOIS

Editorial VITORIA Limitada

Declassified in Part - Sanitized Copy Approved for Release 2012/02/14 : CIA-RDP83-00415R003800080004-7

Lenin, Stalin e a PAZ

Préface de MAURÍCIO GRABOIS

Editorial VITÓRIA Limitada

Declassified in Part - Sanitized Copy Approved for Release 2012/02/14 : CIA-RDP83-00415R003800080004-7

Lenin, Stalin e a PAZ

Préface de MAURÍCIO GRABOIS

Editorial VITORIA Limitada

Rua do Carmo 6, sala 1306

Julho de 1949

PREFACIO

Em entrevista à imprensa democrática, por ocasião da última visita do traficante de guerra Mark Clark ao Brasil, Luiz Carlos Prestes alertou todo o povo brasileiro sobre as sérias ameaças que sobre ele pairam, de ser envolvido em uma nova carnificina. Indicando às amplas massas trabalhadoras do país que "o perigo de guerra é cada dia maior e, agora, já é mesmo iminente", o mais destacado líder popular e antiimperialista de nosso povo conclamou a todos os patriotas a se unirem na luta em defesa da paz.

Este é, sem dúvida, na hora presente, o maior problema do povo brasileiro, como o é dos demais povos, pois nos dias de hoje a luta para evitar o desencadeamento de uma nova guerra é a preocupação central de toda a humanidade progressista. Assim é que para nós a defesa da paz é a questão decisiva do momento, à qual estão subordinados todos os demais problemas.

Ainda não entramos na segunda metade deste século e já os povos, inclusive o nosso, se viram envolvidos pelas forças do imperialismo em duas guerras mundiais, em que milhões e milhões de seres humanos foram sacrificados em benefício dos grandes trustes e monopólios internacionais. Hoje, essas mesmas forças sociais retrógradas, responsáveis pelas últimas hecatombes, capitaneadas pelo imperialismo norte-americano, preparam clinicamente o desencadeamento de uma terceira grande guerra, cujos efeitos destruidores ultrapassarão em grande escala as passadas carnificinas, com o uso das armas atômicas e microbianas que os provocadores de guerra ameaçam utilizar contra povos livres e pacíficos.

Agora mesmo, com a assinatura do chamado Pacto do Atlântico Norte, acaba de se constituir, sob a égide do gover-

na imperialista e guerreiro dos Estados Unidos, uma aliança política e militar francamente agressiva, dirigida contra a URSS e os países de democracia popular. Esse pacto, que culmina a política de desencadeamento de uma nova guerra dos círculos dirigentes dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, significando o rompimento definitivo com a política de cooperação internacional que resultou da vitória militar sobre o nazismo, torna iminente a deflagração de uma nova guerra imperialista.

A verdade é que os signatários do Pacto do Atlântico, particularmente o governo dos Estados Unidos e os seus sócios menores da Inglaterra e da França, tomam as mais amplas medidas militares de caráter abertamente agressivo, lançando-se na mais furiosa corrida armamentista e elaborando planos militares de ataque à União Soviética, nos quais se inclui o emprêgo da bomba atômica, supremo argumento dos políticos reacionários norte-americanos.

As forças armadas dos Estados Unidos e da Inglaterra tudo fazem para estabelecer um verdadeiro cerco estratégico da União Soviética, criando em torno dela uma extensa rede de bases militares, enquanto em Washington continua funcionando o Estado Maior unificado anglo-norte-americano, surgido durante a última guerra para coordenar os planos militares contra as hordas hitleristas, mas que atualmente desenvolve suas atividades tendo em vista a agressão à grande Pátria do Socialismo e às nações de democracia popular. Idênticos são os objetivos do Estado Maior localizado em Montainebleau, criado pelos participantes da União Ocidental e que se encontra sob a chefia de Montgomery.

Falando na Assembléia Geral da ONU, na reunião plenária de 13 de abril passado, o chefe da delegação soviética Andrei Gromyko, desmascarando o conteúdo guerreiro do Pacto do Atlântico Norte, teve a oportunidade de denunciar, citando dados da própria imprensa burguesa norte-americana, que os Estados Unidos possuem em territórios alheios nada menos de 100 grandes bases militares, sem contar as existentes na Alemanha, na Áustria, no Japão, na Coreia meridional e em Trieste. Por outro lado os Estados Unidos construíram durante a segunda guerra mundial 484 bases milita-

res, das quais 256 na zona do Oceano Pacífico e 228 na zona do Oceano Atlântico, que estão em perfeitas condições de serem utilizadas como pontos de apoio para operações agressivas.

Fatos como êsses evidenciam cada vez mais que os governos reacionários dos Estados Unidos e da Inglaterra, enveredando pelo caminho da antiga política exterior anti-soviética, orientada no sentido do isolamento da URSS, esperam o momento oportuno, liderando tôdas as forças do campo anti-democrático e imperialista, para iniciar a agressão contra os povos soviéticos e das democracias populares.

Para atingir, no entanto, êsse objetivo, precisam os imperialistas de pretextos que sirvam para iludir grande parte da opinião mundial, apresentando-se como agredidos e não como agressores, como vítimas e não como criminosos, pois nas atuais circunstâncias internacionais é muito difícil para os imperialistas arrastar as massas de seus países a uma nova guerra de rapina. Por êsse motivo procuram, por todos os meios de propaganda ao seu alcance, demonstrar, apesar de ser isso impossível, que o Pacto do Atlântico Norte é um simples tratado defensivo, que não fere a Carta das Nações Unidas, tentando assim, com o emprêgo de velhos e surrados métodos de mistificação, ludibriar os povos.

Já há 10 anos, por ocasião do XVIII Congresso do Partido Comunista (b) da URSS, êsse tipo de propaganda mistificadora era desmascarado pelo grande Stálin, que então mostrava como os fautores de guerra daquela época, os ditadores fascistas, procuravam, como hoje fazem os círculos dirigentes das chamadas potências ocidentais, utilizar os mais cínicos pretextos para mascarar suas atividades guerreiras. Dizia Stálin em seu informe político, a 10 de março de 1939:

“Em nossos tempos, não é tão fácil romper de golpe com os obstáculos e lançar-se diretamente à guerra, sem ter em nenhuma conta os tratados de diferentes classes, sem ter em conta a opinião pública. Os políticos burgueses sabem-no perfeitamente. Sabem-no também os chefes fascistas. Por isso, os chefes fascistas, antes de lan-

car-se à guerra, decidiram preparar, de certo modo, a opinião pública, isto é, induzi-la ao erro, enganá-la".

Decorrido apenas um decênio desde quando Stálin pronunciou essas palavras de desmascaramento dos ditadores fascistas que negavam impudentemente a existência do bloco militar agressivo constituído pela Alemanha, Itália e Japão e que falavam num simples e inofensivo "triângulo Berlim-Roma-Tóquio" dirigido apenas contra a Internacional Comunista, os Truman, os Bevin e os Schuman procuram utilizar a mesma "técnica" de Hiller e Mussolini, falando em paz, mas preparando furiosamente a guerra, preparação que se termina com a nova versão do Pacto Anti-Komintern: o Pacto do Atlântico Norte.

No entanto, por mais que os imperialistas e os seus porta-vozes procurem atualmente esconder os seus intuitos de rapina e agressão, esses intuitos tornam-se cada vez mais claros perante as massas, pois a política dos círculos governamentais anglo-norte-americanos é tão descaradamente guerrreira que os seus defensores se vêem, em muitos casos, na contingência de não poder dissimular os objetivos sinistros das forças do campo antidemocrático. Assim, por exemplo, um professor da Universidade do Texas, Dr. Montgomery, afirma tranqüilo e sem nenhum contrangimento:

"Podemos suprimir 75 milhões de russos em vinte e quatro horas... Se devemos matá-los, façamo-lo desde já e não esperemos para daqui a três anos".

Opiniões como essas, de inúmeras e importantes personalidades do campo antidemocrático, são difundidas em todo o mundo capitalista através das grandes cadeias de jornais e de emissoras radiofônicas controladas pelos magnatas do capital monopolista. Mas, apesar de todas essas manifestações dos propagandistas de uma nova carnificina, os belicistas de hoje, mais do que os fascistas de há dez anos, compreendem a necessidade de induzir as massas para arrastá-las a uma guerra de agressão e por isso desenvolvem a mais soez propaganda ideológica contra a União Soviética e o movi-

mento democrático no mundo inteiro, ao mesmo tempo que se apresentam sem a menor cerimônia como campeões da democracia e da paz.

* * *

Em nosso país, o governo de traição nacional de Dutra, apoiado nos politiquieiros reacionários do acôrdo interpartidário, cumprindo, subservientemente, as ordens de seus patrões de Washington, procura mascarar a sua atividade guerreira, apresentando-se ridícula e descaradamente como defensor do "regime democrático", da "lei" e da "Constituição", quando na prática implanta o terror no país, liquida com as liberdades e amarra completamente o Brasil ao carro guerreiro do imperialismo. Por trás de seu feroz anticomunismo e da campanha de calúnias contra a URSS esconde-se a ofensiva de fome e miséria contra o povo e, principalmente a mais cínica e febril preparação do país para a guerra.

Esta realidade ressalta de modo claro na conferência pronunciada no mês em curso na Escola Técnica do Exército pelo general Cordeiro de Farias. Esse general, na condição de organizador da Escola Superior de Guerra, instituição inspirada pelos militaristas dos Estados Unidos e que por eles será controlada através de instrutores norte-americanos, tornou de novo evidente perante toda a nação que o governo de Dutra está definitivamente comprometido com os imperialistas ianques para participar em uma aventura guerreira contra os interesses e a vontade do povo brasileiro, e que as medidas de caráter anticomunista da ditadura constituem parte das providências tomadas para levar o país à guerra e transformar a juventude brasileira em carne de canhão para que os magnatas norte-americanos possam auferir maiores lucros.

Referindo-se ao "Tratado Inter-americano de Assistência Mútua", conhecido como Pacto do Rio de Janeiro, e sua ligação com o Pacto do Atlântico, o general Cordeiro de Farias, como legítimo instigador de guerra, afirma:

"Para o fim que se tem em vista não é necessário mais detalhe sobre o Tratado. Liguemo-lo simplesmente

... nos seus efeitos e causas - ao Pacto do Atlântico Norte e consideremos nossa situação na questão que divide o mundo nos campos do Ocidente e do Oriente. Aí nossa atitude está também assentada. Não temos relações diplomáticas com a Rússia e já nos definimos claramente em relação ao comunismo, cabeça de ponte dos interesses do governo de Moscou, considerando-o ilegal no país. De um lado, as tendências tradicionais do povo brasileiro, nossa secular amizade com a América do Norte completam o quadro da situação internacional de nossa terra, colocando-a numa posição clara diante de um possível terceiro conflito mundial, ainda que nele fôssem possíveis atitudes neutras".

Essas afirmações de um destacado general da ditadura não deixam a menor sombra de dúvida de que o governo de Dutra está também no campo militar, como acontece no terreno econômico e político, totalmente sob o controle dos bancos, trustes e consórcios norte-americanos, que já assentou sua participação em um novo conflito mundial ao lado dos monopolistas ianques, que nem admite a hipótese de neutralidade e que tudo fará para levar o povo brasileiro como gado de corte ao matadouro da mais injusta e cruel das guerras. O general Cordeiro de Farias, o mais recente porta-voz dos imperialistas norte-americanos em nossa terra e da camarilha burocrático-militar que domina a máquina governamental do país, em sua conferência, mostrando como o Pacto do Rio de Janeiro é uma das peças do mecanismo diplomático, político e militar que se ultimou com a assinatura do Pacto do Atlântico, confirma, embora sem o desejar, o que os comunistas brasileiros vêm denunciando sobre os graves perigos que pesam sobre nosso povo, pois as infames obrigações assumidas pelo governo de Dutra de cumprir, através do Tratado Inter-americano, os dispositivos do Pacto do Atlântico, colocam o país em face do perigo iminente de participar de uma nova guerra, nas mesmas condições em que se acham os países signatários do referido pacto. Aliás, o general Cordeiro de Farias não faz mistérios a esse respeito e diz sem disfarces que "precisamos preparar-nos para a eventualidade da terceira guerra mundial".

Diante do perigo iminente de guerra é necessário não só alertar as massas, mas orientá-las e dirigi-las sem vacilações na luta para evitar o desencadeamento de outra hecatombe. Nêsse sentido, simultâneamente com a luta prática e persistente contra a guerra, precisamos estar teórica e ideolôgicamente preparados para lutar com êxito pela paz, compreender as causas profundas da guerra e qual o caminho para acabá-las definitivamente.

* * *

A publicação do folheto "LENIN, STALIN E A PAZ", contendo os melhores trechos dos trabalhos dos dois grandes guias do proletariado mundial sôbre os problemas da paz e da guerra, constitui uma sólida contribuição para a educação das massas, armando-as para o combate em que estão empenhadas para derrotar os fautores de guerra, pois de seu estudo não só se terá, através dos clássicos do marxismo, a justa interpretação das causas das guerras imperialistas, como também se tomará conhecimento sôbre a posição da classe operária e dos Partidos Comunistas em face das guerras de tal natureza.

Em "LENIN, STALIN E A PAZ", fica claramente evidenciado que a guerra é um fenômeno social inseparável do capitalismo em sua presente etapa, final e agonizante — a do imperialismo.

Por isso mesmo, a luta contra a guerra é necessária e obrigatoriamente uma luta contra o imperialismo, contra o capitalismo monopolista que, levando ao máximo de tensão os antagonismos que se desenvolvem em seu seio, faz com que os imperialistas procurem a saída guerreira, sacrificando milhões de homens, mulheres e crianças, como tentativa para solucionar suas inúmeras contradições. Esse fato torna o capitalismo uma ameaça permanente de guerra para os povos. Lenin viu de modo genial essa realidade e, conduzindo os bolcheviques na luta contra a guerra, levou essa luta conseqüentemente até o fim, até a derrota da burguesia imperialista, até a instauração do poder soviético, até a liquidação do capitalismo. Dizia então Lenin em face da primeira Gran-

de Guerra: "Compreendemos a inevitável ligação das guerras com a luta de classes dentro do país, a impossibilidade de pôr fim às guerras sem antes suprimir as classes e sem instalar o socialismo".

É evidente, portanto, que em nossos dias, a luta pela paz, embora seja uma luta da maior amplitude, que abarca os mais amplos setores de nosso povo, não deixa de ser uma luta revolucionária, ligada à derrota dos instigadores de guerra dentro de seus próprios países, à liquidação da exploração capitalista e, em nosso país, à realização da revolução agrária e antiimperialista. Assim é da maior atualidade o que ensina Lenin: "Mas o marxismo não é pacifismo. É indispensável lutar para pôr fim à guerra. Mas a reivindicação da "paz" não terá sentido verdadeiramente proletário, se não proclamar a luta revolucionária".

Os ensinamentos de Lenin e Stálin sobre a paz mostram que o socialismo constitui a principal força da paz. A vitória do socialismo numa sexta parte do mundo foi e é um fator decisivo na luta contra a guerra, pois a União Soviética em seus 31 anos de existência tem sido a maior campeã da defesa da paz e do respeito à independência e à soberania de todos os povos.

O estado socialista, que aboliu a exploração do homem pelo homem e liquidou com toda espécie de opressão nacional, que não tem objetivos imperialistas e de dominação de outros povos, pelo seu grande poderio e pelo seu enorme prestígio mundial é a maior barreira que hoje se antepõe às maquinacões guerreiras e expansionistas das forças do imperialismo lideradas pelos monopolistas norte-americanos.

Esse é também um dos motivos porque a reação imperialista internacional, mobilizando todas as suas forças, utilizando a mentira e a mais sórdida propaganda ideológica contra o comunismo e procurando desesperadamente amortecer suas contradições, se volta com a maior fúria contra a Pátria do Socialismo com o fim de lançar-se o mais rapidamente possível numa guerra de agressão contra a União Soviética — hoje, como ontem, o grande baluarte da paz.

Por outro lado os dois grandes mestres do marxismo ensinam que a guerra, embora seja inerente ao próprio regime

capitalista, não é inevitável. Na presente situação mundial, apesar da agressividade crescente dos países imperialistas e do perigo iminente de guerra, esta não é fatal. Poderosas são as forças da paz e da democracia, muito mais fortes que as forças da guerra e do imperialismo, o que significa que os instigadores de uma nova guerra podem e devem ser derrotados. Mas por isso é indispensável mobilizar as massas, organizá-las e uni-las na luta contra a guerra, transformar em ação o seu ardente desejo de paz. Existem tôdas as condições para cumprir essa tarefa, pois, como afirmou Stálin, "os horrores da guerra recente estão vivos demais nas mentes dos povos e as forças sociais a favor da paz são grandes demais para que os pupilos de Churchill possam vencê-las e desviá-las para uma nova guerra".

E' portanto possível deter o braço criminoso dos provocadores de guerra, uma vez que o desencadeamento de uma nova hecatombe não depende unicamente da vontade dos imperialistas, que em face das vitórias do campo democrático, como a alcançada pelos exércitos populares de libertação nacional na China, e do fortalecimento da frente mundial em defesa da paz, vêem diminuir as possibilidades de desencadear a guerra, mas que por isso mesmo se lançam febrilmente na mais desesperada e intensa preparação e provocação guerreira, objetivando deflagrar essa guerra o mais cedo possível. E' preciso não esquecer que em última análise a guerra é realizada com os povos e que se estes a ela se opõem, a nova carnificina será evitada.

Cabe, portanto, a nós, os partidários da paz no país, aumentar a nossa atividade na luta contra a guerra, mobilizando os mais amplos setores da população, contribuindo com o máximo de esforços para ajudar a garantir uma paz duradoura, derrotando, assim, internamente os fautores de guerra que, cometendo o mais nefando dos crimes, pretendem arrastar o povo brasileiro a um novo e mais terrível massacre.

Mas estejamos também alerta para, como discípulos de Lenin e Stálin, não nos deixarmos surpreender, se a guerra for deflagrada, no caso em que as forças da paz não consigam evitar uma nova carnificina. Fiéis às tradições da classe

operária no mundo inteiro que, já em 1907 no Congresso Socialista Internacional de Stuttgart, resolvia que em caso de guerra os proietarios deviam "precipitar a queda da dominação capitalista", é nosso dever sagrado seguir o caminho indicado por Prestes para a eventualidade de uma nova guerra: "À frente de nosso povo, nós comunistas, haveremos de lutar para transformar a guerra imperialista em guerra de libertação nacional".

MAURICIO GRABOIS

Maio de 1919.

(*) HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA (b) DA URSS

Teoria e tática do Partido Bolchevique sôbre os problemas da guerra, da paz e da revolução

Os bolcheviques não eram contrários a qualquer guerra. Eram-no somente contra a de conquista, contra a guerra imperialista. Entendiam que há dois tipos de guerra:

a) a guerra **justa**, sem anexações, de libertação, tendo por fim defender o povo contra uma agressão exterior e contra quantos tentem escravizá-lo, capaz de libertar o povo da escravidão capitalista e de emancipar as colônias e os países dependentes do jugo dos imperialistas; e

b) a guerra **injusta**, de anexações, cujo objetivo é conquistar e escravizar outros países, outros povos.

Os bolcheviques apoiavam o primeiro tipo de guerra. Quanto às do outro tipo, julgavam que se deveria manter contra elas uma luta decidida, chegando até à revolução e à derrubada do governo imperialista que a dirigisse.

Os trabalhos teóricos de Lenin durante a guerra tiveram uma importância enorme para a classe operária do mundo inteiro. Na primavera de 1916, Lenin escrevia sua obra intitulada «Imperialismo, fase superior do Capitalismo». Neste livro Lenin esclarece que o imperialismo é a etapa culminante do capitalismo, a etapa em que este se converte de capitalismo «progressivo», em capitalismo parasitário, em decomposição; que o imperialismo é o capitalismo agonizante. Isto não quer dizer, naturalmente, que o capitalismo vá morrer por si só, sem a revolução proletária, que vá apodrecer pela raiz. Lenin ensinou sempre que não é possível derrubar o capitalismo sem a revolução da classe operária. Por isso, se bem que definindo

(*) Extrato do capítulo VI, parte 3, da edição «Horizonte», pág. 69.

o imperialismo como o capitalismo agonizante, Lenin aponta ao mesmo tempo, nesta obra, que «o imperialismo é o limiar da revolução social do proletariado».

Lenin ressaltava que na época do imperialismo o jugo capitalista se faz cada vez mais duro, que sob as condições do imperialismo cresce a indignação do proletariado contra os fundamentos do capitalismo, e vão amadurecendo, dentro dos países capitalistas, os elementos para uma explosão revolucionária.

Lenin ressaltava que na época do imperialismo acentua-se a crise revolucionária nos países coloniais e dependentes e vão crescendo os elementos de indignação e os elementos para a luta de libertação contra o imperialismo.

Lenin ressaltava que sob as condições do imperialismo se acentuam especialmente o desenvolvimento desigual e as contradições do capitalismo, e que a luta pelos mercados para dar saída às mercadorias e exportar os capitais, a luta pelas colônias e pelas fontes de matérias primas, torna inevitáveis as guerras imperialistas periódicas visando uma nova partilha do mundo.

Lenin ressaltava que, precisamente como consequência desse desenvolvimento desigual do capitalismo, surgem as guerras imperialistas que debilitam as forças do imperialismo e tornam possível a ruptura da frente imperialista no seu ponto mais fraco.

Partindo deste ponto de vista, Lenin chegava à conclusão de que a ruptura da frente imperialista pelo proletariado era perfeitamente possível em um ou em vários pontos; que a vitória do socialismo era possível em um pequeno número de países e até mesmo em um só país isoladamente; que a vitória simultânea do socialismo em todos os países era impossível em virtude do desenvolvimento desigual do capitalismo; que o socialismo começaria triunfando em um ou em vários países e que os demais continuariam sendo por algum tempo países burgueses.

Eis como Lenin formulava esta conclusão genial, em dois artigos diferentes escritos durante a guerra imperialista:

1) «A desigualdade do desenvolvimento político e econômico é uma lei absoluta do capitalismo. Daí se infere que é possível a vitória do socialismo em um pequeno número de países capitalistas ou mesmo em um só, isoladamente. O proletariado vitorioso desse país, depois de ter expropriado os capitalistas e organizado a produção socialista dentro de suas fronteiras, se voltará **contra** o resto do mundo capitalista atirando contra ele as classes oprimidas dos outros países » (Do artigo intitulado «Sobre a Palavra de Ordem dos Estados Unidos da Europa», escrito em agosto de 1915, Lenin, t.XVIII, pgs. 232-233, ed. russa) .

2) «O desenvolvimento do capitalismo se processa de modo extraordinariamente desigual nos diversos países. De resto não poderia ser de outra forma sob o regime burguês de produção. Daí se impõe esta conclusão: o socialismo não pode triunfar simultaneamente **em todos** os países. Começará triunfando em um ou em vários países, e os demais continuarão sendo durante algum tempo países burgueses ou pré-burgueses. Isto provocará, necessariamente, não só atritos, como também tendência aberta da burguesia dos demais países a esmagar o proletariado triunfante do Estado socialista. Em tais condições, a guerra seria, de nossa parte, uma guerra legítima e justa. Seria uma guerra pelo socialismo, para libertar da burguesia os outros povos». (Do artigo intitulado «O programa militar da Revolução Proletária», escrito no outono de 1916, Lenin, t.XIX, pg. 325, ed. russa).

Esta era uma teoria nova e aperfeiçoada da revolução socialista, a teoria da possibilidade do triunfo do socialismo em países isolados, das condições deste triunfo e de suas perspectivas, teoria cujas bases tinham sido esboçadas por Lenin já em 1905, em seu folheto «As Duas Táticas da Social-democracia na Revolução Democrática».

Ela diferia fundamentalmente da concepção difundida entre os marxistas no período do capitalismo **pré-imperialista**, no tempo em que estes julgavam que a vitória do socialismo era impossível em um só país, que o socialismo triunfaria simultaneamente em todos os países civilizados. Partindo dos dados relativos ao capitalismo **imperialista**, que expôs no seu

notável trabalho: «O Imperialismo, fase superior do Capitalismo», Lenin abandonou esta concepção por considerá-la superada; formulou então uma nova concepção teórica segundo a qual a vitória simultânea do socialismo em todos os países era julgada como impossível, ao passo que a vitória do socialismo em um só país, isoladamente, era reconhecida como possível.

A importância incalculável da teoria de Lenin sobre a revolução socialista não está somente em ter enriquecido e desenvolvido o marxismo com uma nova teoria. Sua importância consiste, além do mais, em dar uma perspectiva revolucionária aos proletários dos diferentes países, em desenvolver sua iniciativa para se lançarem ao assalto contra sua própria burguesia nacional, em lhes ensinar o aproveitamento da situação de guerra para organizar a ofensiva e em fortalecer sua fé no triunfo da revolução proletária.

Tal era a concepção teórica e tática dos bolcheviques nas questões da guerra, da paz e da revolução.

**DISCURSO POR OCASIÃO DAS ELEIÇÕES GERAIS NA
URSS (*)**

(Pronunciado em 9 de fevereiro de 1946 em Moscou)

J. STALIN

«Camaradas! Oito anos são decorridos desde as últimas eleições para o Soviet Supremo. Este período foi rico de acontecimentos de caráter decisivo. Durante os primeiros quatro anos o povo soviético desenvolveu um formidável esforço para executar o terceiro plano quinquenal. Nos últimos quatro anos verificaram-se os acontecimentos da guerra contra os agressores alemães e japoneses, acontecimentos que dizem respeito à segunda guerra mundial.

O regime capitalista, causa profunda da guerra

Sem dúvida alguma a guerra foi o acontecimento dominante de todo esse período.

Seria um erro pensar que a guerra veio acidentalmente ou foi o resultado dos enganos de alguns estadistas. Embora esses erros existam, a guerra surgiu na realidade como resultado inevitável do desenvolvimento das forças políticas e econômicas do mundo, na base do monopólio capitalista. Nós, os marxistas, já declaramos repetidas vezes que o sistema capitalista de economia mundial traz em si os elementos de crise e de guerra, que o desenvolvimento do capitalismo não segue um curso firme para a frente, mas prossegue através de crises e catástrofes. O desenvolvimento desigual dos países capitalistas leva, com o passar do tempo, a fortes distúrbios nas relações de produção, e os grupos de países que fazem

(*) Extrato da edição «Horizontes», pág. 3.

fontes entre si, inadequadamente providos de matérias-primas e mercados de exportação, procuram geralmente alterar a situação a seu favor por meio da força armada. Como resultado desses fatores, o mundo capitalista se divide em dois campos hostis, o que produz a guerra.

Talvez a catástrofe da guerra pudesse ser evitada se houvesse possibilidade de uma redistribuição periódica das matérias-primas e dos mercados de exportação entre os diversos países, de acordo com suas necessidades econômicas, por meio de negociações pacíficas e coordenadas. Mas isto é impossível sob o atual desenvolvimento da economia capitalista. Assim, como resultado da primeira crise surgida na economia capitalista mundial, veio a primeira grande guerra. A segunda surgiu em consequência também da segunda crise.

O Caráter Anti-fascista e Libertador da Segunda Guerra Mundial

Isto não significa, naturalmente, que a segunda grande guerra tenha sido uma cópia da primeira. Pelo contrário, a segunda grande guerra apresentou um caráter radicalmente diferente da primeira. Deve-se ter em mente que os principais países fascistas, antes de atacarem os países aliados, tinham abolido internamente os últimos resquícios das liberdades democráticas burguesas, estabelecendo um cruel regime de terror, violando os princípios de soberania e de liberdade das pequenas nações, adotando a política de conquista de outras terras e anunciando ao mundo que lutariam pela dominação do globo e pela implantação do regime fascista nos quatro cantos da terra. Assim, com a conquista da Tchecoslováquia e da parte central da China, os Estados eixistas demonstraram que estavam preparados para executar suas ameaças à custa da escravidão dos povos amantes da liberdade.

Em vista destas circunstâncias, a segunda guerra mundial contra as potências do eixo foi bem diferente da primeira grande guerra, assumindo desde o princípio um caráter anti-fascista e libertador, tendo como um dos seus objetivos o restabelecimento das liberdades democráticas. A entrada da

União Soviética na guerra contra os Estados do Eixo não podia senão reforçar, o que de fato aconteceu, o caráter antifascista e libertador da segunda guerra mundial. E foi justamente sobre esta base que se pôde constituir a coalisão antifascista entre a União Soviética, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e outros povos ciosos da liberdade, coalisão que desempenhou um papel decisivo no esmagamento das forças armadas do Eixo.

Eis portanto como se deve apresentar a questão das origens e do caráter da segunda guerra mundial.

Hoje em dia todo mundo reconhece que efetivamente a guerra não surgiu, nem poderia surgir por acaso na vida dos povos, que ela se transformou praticamente numa guerra dos povos em luta por sua existência e que, precisamente por este motivo, não poderia ser uma guerra de curta duração, uma guerra relâmpago.

O SOCIALISMO E A GUERRA

V. I. LENIN

I

OS PRINCIPIOS DO SOCIALISMO E A GUERRA DE 1914-15 (*)

O ponto de vista dos socialistas sôbre a guerra

Os socialistas sempre condenaram as guerras entre os povos, por causa da sua barbárie e da sua ferocidade. Mas, por princípio, o nosso ponto de vista é diferente do dos pacifistas burgueses e do dos anarquistas. Diferimos dos primeiros porque compreendemos a inseparável ligação das guerras com a luta de classes dentro do país, a impossibilidade de pôr fim às guerras sem antes suprimir as classes e sem instaurar o socialismo. Diferimos também deles porque reconhecemos plenamente que as guerras civis, isto é, as guerras de uma classe oprimida contra uma classe opressora, dos escravos contra os seus amos, dos servos contra os senhores feudais, do proletariado contra a burguesia, são justas, necessárias e progressistas. Diferimos tanto dos pacifistas como dos anarquistas em que nós, marxistas, reconhecemos a necessidade de um estudo histórico (do ponto de vista do materialismo dialético de Marx) de cada guerra em separado. No curso da história humana houve muitas guerras que, apesar da ferocidade, dos horrores, dos sofrimentos e calamidades que toda guerra traz consigo, foram progressistas, isto é, favoreceram o progresso do gênero humano porque contribuíram para destruir as instituições particularmente nocivas e reacionárias (tais como a autocracia e o feudalismo), as formas de despotismo mais bárbaras da Europa (as da Rússia e da Turquia). Exatamente por isso é necessário examinar as particularidades históricas da guerra atual.

(*) *O Socialismo e a Guerra*, Edição VITÓRIA, 1949, págs. 3 a 10 e 20 a 22.

Tipos de guerra na história moderna

A Grande Revolução Francesa inaugurou uma nova época da história humana. Da Grande Revolução à Comuna de Paris, isto é, de 1789 a 1871, algumas das guerras tinham um caráter burguês progressista e eram de libertação nacional.

Em outros termos, o conteúdo fundamental e o significado histórico dessas guerras era o da derrubada do absolutismo e do feudalismo, ou pelo menos do abalo dessas instituições, e a emancipação de todo jugo estrangeiro. Estas guerras podem ser consideradas, portanto, progressistas. Em tais guerras, todo revolucionário honesto, assim democrata como socialista, desejava o triunfo da facção (isto é, da burguesia) que contribuía para debilitar ou para destruir os pilares mais perigosos do absolutismo, do feudalismo, ou para combater a opressão dos povos estrangeiros. Assim, as guerras revolucionárias da França não estavam isentas de idéias de pilhagem e até de conquista de terras alheias, mas isto não muda em nada o sentido histórico fundamental destas guerras, que estremeciam e destruíam o feudalismo e o absolutismo de toda a velha Europa, baseados até aí no trabalho servil. Durante a guerra franco-prussiana, a Alemanha saqueou a França, mas isto não modifica o sentido histórico fundamental desta guerra que libertou dezenas de milhões de alemães da descentralização feudal e da opressão de dois déspotas — o Czar e Napoleão III.

Diferença entre guerra ofensiva e guerra defensiva

A época compreendida entre 1789 e 1871 deixou marcas profundas e recordações revolucionárias. Enquanto o feudalismo, o absolutismo e o jugo estrangeiro não fossem destruídos, não se poderia tratar de desenvolvimento da luta proletária pelo socialismo. Do mesmo modo; quando os socialistas declaravam legítima a guerra defensiva, referindo-se às guerras dessa época, tinham presentes, exatamente, esses fins, isto é, a revolução contra o feudalismo e o medievalismo.

Os socialistas julgaram sempre a guerra «defensiva» como uma guerra «justa», nesse sentido particular (Wilhelm Liebknecht já se havia expressado dessa maneira). Somente nesse sentido os socialistas admitiam e admitem a legitimidade, o caráter progressista, a justeza da «defesa da pátria» ou de uma guerra «defensiva». Se, por exemplo, amanhã, Marrocos declarasse guerra à França, a Índia à Inglaterra, a Pérsia ou a China à Rússia etc., estas guerras seriam «justas», seriam «defensivas». Nestas condições, qualquer que fôsse o país que atacasse primeiro, todo socialista simpatizaria com a causa das nações oprimidas, dependentes, privadas da plenitude de direitos, na luta contra as «grandes» nações opressoras, escravizadoras e exploradoras.

Mas imaginemos um negreiro possuidor de cem escravos, que luta contra outro que possui duzentos, por uma distribuição mais «equitativa» destes escravos. E' perfeitamente claro que, se neste caso se falasse em «defesa da pátria» ou em guerra «defensiva», isto seria falsear a história e, praticamente, seria uma simples farsa dos hábeis negreiros para enganar os analfabetos, as camadas inferiores da população da cidade. Na guerra atual, a burguesia imperialista não faz outra coisa. Ao propagar a ideologia «nacionalista» e as idéias de defesa da pátria, engana simplesmente os povos, pois a guerra atual não é mais do que uma guerra de negreiros que querem propagar e reforçar a escravidão.

A guerra atual é uma guerra imperialista

Quase todo mundo reconhece que a guerra atual é uma guerra imperialista, mas na maioria dos casos, esta idéia se lesnatura; uns a admitem somente para um dos grupos beligerantes, outros acham que há possibilidade de que esta guerra tenha um caráter burguês progressista e de libertação nacional. O imperialismo é o estágio mais alto de desenvolvimento do capitalismo, não alcançado até o Século XX. O capitalismo sentia abafado nos limites dos velhos Estados nacionais, sem a formação dos quais não teria podido derrubar o feuda-

lismo. O capitalismo produziu ao mesmo tempo tal concentração econômica que ramos inteiros da indústria se encontram em mãos de Sindicatos e trustes, «corporations» de capitalistas multimilionários; o globo terrestre quase por inteiro se encontra repartido entre êstes «gigantes do capital», na forma de colônias e de outros mil meios de exploração financeira de países estrangeiros.

A liberdade de comércio e competição foram substituídos pela tendência ao monopólio, à conquista de terras estrangeiras para a inversão de capitais, para a exploração de matérias primas etc. E o capitalismo, que na sua luta contra o feudalismo foi o libertador das nações, se transforma, na época imperialista, no maior opressor das nações. O capitalismo foi para a humanidade um elemento de progresso, mas atualmente já é para ela um elemento de reação. Desenvolveu de tal modo as forças produtivas, que atualmente a humanidade se acha ante êste dilema: passar ao socialismo ou sofrer ainda durante muitos anos todos os horrores das lutas armadas entre as «Grandes» nações, pela conservação artificial do capitalismo por meio de colônias, de monopólios, de privilégios e de opressão nacional de todo gênero.

A guerra entre os principais proprietários de escravos para a manutenção e o fortalecimento da escravidão

Para que se compreenda o verdadeiro sentido do imperialismo, citamos dados exatos sôbre a partilha do mundo, efetuada pelas «grandes» nações (isto é, as que realizaram com êxito o grande saque):

Divisão do mundo entre as «grandes» nações escravagistas

«Grandes potências»	COLONIAS				1914			
	1876		1914		Metrópoles		Total	
	Km 2	Habi- tantes	Km 2	Habi- tantes	Km 2	Habi- tantes	Km 2	Habi- tantes
				(EM MILHÕES)				
Inglaterra	52,5	251,0	88,5	898,5	0,3	46,5	38,8	440,0
Rússia	17,0	15,0	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	39,8	11,1	95,1
Alemanha			2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
Japão			0,3	19,2	0,4	53,0	0,7	72,2
Estados Unidos			0,3	9,7	9,4	97,0	9,7	106,7
Totais das seis «grandes po- tências»	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colônias pertencentes às pe- quenas potências (Bélgica, Holanda e outras)							9,9	45,9
Três países «semi-coloniais» (Turquia, China e Pérsia)							14,6	361,2
Outros países e Estados							28,0	289,9
Todo o globo terrestre (sem as regiões polares)							133,9	1657,0

24

Este quadro nos ensina precisamente como as nações que, no período de 1789-1871, lutaram à frente das demais pela liberdade, se transformaram atualmente, depois de 1876, graças ao desenvolvimento e à «super-maturação» do capitalismo, em nações que oprimem e têm sob o seu jugo a maioria dos povos e das nações de todo o globo. Desde 1876 a 1914, seis «grandes» nações se apoderaram de 25 milhões de quilômetros-quadrados, isto é, de um espaço duas e meia vezes maior do que a Europa. As seis nações oprimem uma população colonial de mais de meio bilhão (de 523 milhões). A cada quatro habitantes das «grandes» potências correspondem cinco habitantes das «suas» colônias. E ninguém ignora que as colônias foram conquistadas a ferro e sangue, que as populações coloniais são tratadas com a maior crueldade e exploradas de mil maneiras (por meio da exploração do capital, por meio de concessões, de enganos na venda das mercadorias, de sujeição às autoridades da nação «dominante», etc).

A burguesia franco-inglesa engana os povos ao dizer que leva a cabo a guerra em nome da libertação da Bélgica e de todos os povos; na realidade faz esta guerra para conservar as colônias de que se apoderou com uma cobiça sem limites. Os imperialistas da Alemanha teriam deixado livre a Bélgica, se os ingleses e os franceses tivessem consentido em repartir com a Alemanha «em base justa» as suas colônias. O particular da situação atual consiste em que a sorte das colônias se decide com uma guerra no continente. Do ponto de vista da justiça burguesa e da liberdade nacional, isto é, do direito à existência das nações, a Alemanha teria indiscutivelmente razão em reclamar contra a Inglaterra e a França, porque foi «lesada» no que se refere à distribuição das colônias; porque os seus inimigos oprimem mais nações do que ela, e porque no que se refere à sua aliada, a Austria, os eslavos que tem sob seu domínio possuem sem dúvida mais liberdade que na Rússia czarista, esta verdadeira «prisão de povos». Mas a Alemanha também não luta pela libertação dos povos, mas para oprimilos. E não corresponde aos socialistas a tarefa de ajudar a um bandido mais jovem e mais vigoroso (Alemanha) a despojar outros bandidos mais velhos e mais fartos. O que os

socialistas devem fazer é aproveitar-se da luta destes bandidos entre si para derrubar a todos. Com este objetivo os socialistas devem dizer a verdade aos povos: que esta guerra não é mais do que uma guerra de negreiros, para o reforço da pior espécie de escravidão, e isso em três sentidos. Em primeiro lugar, porque tem por objetivo reforçar a escravidão nas colônias, mediante uma partilha mais «equitativa» e mais «trabalho de equipe» na exploração ulterior das mesmas; em segundo lugar, porque tem por objetivo reforçar a opressão das minorias nacionais no seio mesmo das «grandes» nações, pois esta opressão, que é para a Rússia e a Austria (para a Rússia ainda mais e de maneira muito pior do que para a Austria) necessária à sua própria existência, é reforçada pela guerra; em terceiro lugar, esta é uma guerra de fortalecimento e de prolongamento da escravidão assalariada, pois esmaga e divide o proletariado, enquanto os capitalistas, pelo contrário, saem ganhando com ela pelos lucros de guerra, excitando os preconceitos nacionalistas e intensificando a reação, que levanta a cabeça em todos os países mesmo nos mais livres e mais republicanos.

«A guerra não é mais do que o prolongamento da política por outros meios» (os meios violentos).

Esta famosa expressão pertence a um dos mais profundos escritores militares, Clausewitz. Os marxistas sempre consideraram, com razão, esta fórmula como a base teórica dos seus pontos de vista sobre a significação de toda guerra. Justamente desse ponto de vista Marx e Engels examinaram sempre as diferentes guerras.

Se examinarmos a guerra atual desse ponto de vista, veremos que por décadas os governos e as classes dirigentes

em tempo de guerra e de paz, na escravização das nações, e não na sua libertação. Em troca, vemos na China, na Pérsia, na Índia e em outros países dependentes, no curso destas últimas décadas, a política do despertar nacional de dezenas e centenas de milhões de seres humanos a uma vida nacional e a uma libertação do jugo das «grandes» nações reacionárias.

A guerra sobre tal terreno histórico pode ter, mesmo agora, caráter burguês progressista e de libertação nacional.

Basta considerar a guerra atual como um prolongamento da política das «grandes» nações e das suas classes fundamentais para compreender imediatamente até que ponto é falsa, hipócrita e anti-histórica a opinião que justifica a idéia da «defesa da pátria» nesta guerra.

.....
.....
.....

Importância das organizações ilegais

Os anarquistas mais notáveis de todo o mundo, à semelhança dos oportunistas, cobriram-se durante esta guerra com a vergonha do social-chauvinismo, no espírito de Plekhanov e Kautsky. Um dos resultados úteis desta guerra será, pois, o de acabar tanto com o anarquismo quanto com o oportunismo.

Sem em nenhum caso, e sob nenhuma condição, renunciar a utilizar, para a organização das massas e a propaganda do socialismo, a menor possibilidade legal, os Partidos Social-Democratas devem ao mesmo tempo romper com a submissão à legalidade. «Atirai primeiro, senhores burgueses», escrevia Engels, fazendo alusão precisamente à guerra civil e à necessidade de infringir a legalidade burguesa, depois que a própria burguesia a houvesse violado. A crise demonstrou que a burguesia está violando a legalidade em todos os países, inclusive nos países mais livres.

Esta crise nos demonstrou que não se pode levar as massas à revolução sem criar uma organização ilegal que propague,

discuta, aprecie e prepare os meios de luta revolucionária. Assim, na Alemanha, tudo o que de honesto fazem os socialistas é feito contra o kautskismo abjeto, oportunista e hipócrita e se faz precisamente em forma ilegal. Na Inglaterra são condenados a trabalhos forçados os que levantam o povo contra a conscrição.

Considerar a adesão ao Partido Social-Democrata compatível com a negação dos métodos ilegais de propaganda e com a ridicularização desses métodos na imprensa legal, é trair o socialismo.

A derrota do «próprio» governo na guerra imperialista

Tanto os que se pronunciam pela vitória do «seu» governo, na guerra atual, como os que defendem a palavra de ordem de «Nem vitória nem derrota», exprimem o ponto de vista social-democrata. Em tempo de guerra reacionária, uma classe revolucionária não pode deixar de desejar a derrota do seu governo, não pode deixar de ver a relação entre as derrotas militares do governo e o aumento da oportunidade para derrubá-lo. Só um burguês, que acredita que a guerra, começada pelos governos, terminará indefectivelmente como uma guerra entre governos, e que além disso assim o deseja, acha «ridícula» ou «absurda» a idéia de que os socialistas de todas as nações beligerantes preconizem a derrota de todos os «seus» governos. Ao pronunciar-se neste sentido, todo socialista não faria, pelo contrário, mais do que exprimir o pensamento secreto de todo operário consciente e agiria inteiramente no sentido da nossa atividade tendente à transformação da guerra imperialista em guerra civil.

É indiscutível que a séria propaganda contra a guerra feita por uma parte dos socialistas ingleses, alemães e russos «debilitava o poderio militar» dos seus respectivos governos; mas tal propaganda é um mérito dos socialistas. Os socialistas devem explicar às massas que para elas não há salvação senão na derrubada revolucionária dos «seus» governos e com este fim se devem aproveitar, na guerra atual, de todas as dificuldades desses governos.

O pacifismo e a palavra de ordem da paz

A aspiração das massas pela paz denota amiúde um começo de protesto, de rebeldia, da compreensão do caráter reacionário da guerra. E' dever de todo social-democrata utilizar êste estado de espírito. Devem os socialistas tomar a participação mais ativa em tôda demonstração e movimento de massas neste sentido. Mas ao mesmo tempo, os socialistas não vão enganar o povo, nem inculcar-lhe a idéia de que, sem movimento revolucionário, se pode ter uma paz sem anexações, sem opressão das nações, sem banditismo, uma paz que não leve em si os germens de guerras futuras entre os atuais governos e classes dominantes. Este engano serviria à maravilha para a diplomacia secreta dos governos beligerantes e para os seus planos contra-revolucionários. Todos os que verdadeiramente desejam uma paz duradoura, uma paz democrática, devem desenvolver ação em favor da guerra civil contra os governos e contra a burguesia.

O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO (*)

V. I. LENIN

Trecho do capítulo VI — A partilha do mundo entre as grandes potências

A política colonial e o imperialismo existiam já antes do capitalismo na sua fase atual e mesmo antes do capitalismo. Roma, baseada na escravidão, levou a cabo uma política colonial e realizou o imperialismo. Mas os raciocínios «gerais» sôbre o imperialismo, que esquecem ou relegam a segundo plano a diferença radical das formações econômico-sociais, convertem-se inevitavelmente em banalidades ócas ou em fanfarronadas, tais como comparar «a Grande Roma e a Grã-Bretanha» (1). Até a política colonial capitalista das fases anteriores do capitalismo se diferencia essencialmente da política colonial do capital financeiro.

A particularidade essencial do capitalismo moderno consiste no domínio das associações monopolistas dos grandes empresários. Tais monopólios adquirem a máxima solidez quando enfeixam nas mãos tôdas as fontes de matérias primas, e já vimos com que furor os grupos internacionais de capitalistas dirigem seus esforços para arrebatam do adversário qualquer possibilidade de concorrência, e apoderar-se, por exemplo, das terras que contêm mineral de ferro, as jazidas de petróleo etc. A posse das colônias é a única coisa que

(*) Edição da Editorial Vitória Ltda, 1947 — Págs. 105 a 112, 114 e 115, 158 a 165.

(1) C. P. Lucas, *Greater Rome and Greater Britain*, Oxford, 1912
Earle of Cromer, *Ancient and modern imperialism*, Londres, 1910.

assegura, de maneira completa, o êxito do monopólio contra tôdas as contingências da luta com o adversário, sem excluir a de que o adversário deseje defender-se por meio de lei sôbre o monopólio de Estado. Quanto mais adiantado se encontre o desenvolvimento do capitalismo, quanto mais agudamente se faça sentir a insuficiência de matérias primas, quanto mais dura seja a concorrência e a caça às fontes de matérias primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada a luta para aquisição de colônias.

«Pode-se arriscar a afirmação», escreve Schilder, «que a muitos parecerá paradoxal, de que o crescimento da população urbana e industrial poderá, em futuro mais ou menos próximo, encontrar maiores obstáculos na insuficiência de matérias primas para a indústria do que na de produtos alimentícios. Assim, por exemplo, aumenta a escassez de madeira, cujo preço sobe cada vez mais, a de peles e de matérias primas para a indústria têxtil. As associações industriais tentam estabelecer o equilíbrio entre a agricultura e a indústria nos limites de tôda a economia mundial; como exemplo, pode-se citar a união internacional de associações de fabricantes de tecidos de algodão dos países industriais mais importantes, fundada em 1904, e a união de associações européias de fabricantes de tecidos de linho, constituída em 1910, de acôrdo com o tipo da anterior». (1)

Claro que os reformistas burgueses, e entre êles os kautskistas atuais especialmente, tentam atenuar a importância dêsses fatos, indicando que as matérias primas «poderiam ser» adquiridas no mercado livre sem uma política colonial «cara e perigosa», que a oferta de matérias primas

(1) Schilder, obra cit., págs. 38-42.

«poderia ser» aumentada em proporções gigantescas com o «simples» melhoramento das condições da agricultura em geral. Porém essas indicações se convertem em apologia do imperialismo, servem de cortina, pois se fundam no esquecimento da principal particularidade do capitalismo moderno: o monopólio. O mercado livre passa, cada vez mais, ao domínio da história, os sindicatos e trustes monopolistas reduzem-no dia a dia, enquanto o «simples» melhoramento das condições da agricultura conduz ao melhoramento da situação das massas, à elevação dos salários e à diminuição dos lucros. Onde estão, a não ser na fantasia dos reformistas adocicados, trustes capazes de se preocuparem com a situação das massas, e não com a conquista das colônias?

Para o capital financeiro, têm importância, não só as fontes de matérias primas já descobertas, como também as passivas de descobrimento, pois a técnica se desenvolve com incrível rapidez em nossos dias e as terras, imprestáveis hoje, podem ser amanhã transformadas em terras úteis, se se descobrem novos métodos (que um banco importante é capaz de encontrar, organizando expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc.) se se invertem maiores capitais, etc.. O mesmo há de ser dito a respeito da exploração de riquezas minerais, dos novos métodos de elaboração e utilização de tais ou quais matérias primas, etc.. Daí a inevitável tendência do capital financeiro para ampliar o território econômico e até o território em geral. Do mesmo modo que os trustes capitalizam seus bens avaliando-os no dôbro ou no triplo de seu valor, — pois que calculam os lucros «possíveis» do futuro (e não do presente) e levam em conta os resultados ulteriores do monopólio — o capital financeiro manifesta, em geral, tendência para se apoderar das máximas extensões de territórios, seja qual for, esteja onde estiver, por qualquer meio possível, porque não perde de vista as possíveis fontes de matérias primas, receia ficar atrás na luta encarniçada em torno dos últimos pedaços do mundo ainda não partilhados, ou em torno de nova partilha dos já partilhados.

Os capitalistas ingleses esforçam-se por todos os meios, para desenvolver a produção de algodão na sua colônia, o

Egito (em 1904, dos 2,3 milhões de hectares de terra cultivada no Egito, 0,6, isto é, mais da quarta parte, estava já destinada ao algodão); os russos fazem o mesmo na sua, o Turquestão, pois dessa maneira lhes é mais fácil vencer os competidores estrangeiros, mais fácil monopolizar as fontes de matérias primas, criar um truste têxtil menos dispendioso e mais lucrativo, com produção «combinada», com a concentração numa só mão de tôdas as fases da produção e da transformação do algodão.

Os interesses da exportação do capital instigam do mesmo modo à conquista das colônias, pois que no mercado colonial é mais fácil (e, às vêzes, só aí é possível) suprimir a concorrência por meios monopolistas, garantir-se cargos, consolidar as «relações» existentes etc.

A super-estrutura extra-econômica, que brota à base do capital financeiro, a política, a ideologia dêste, reforçam a tendência às conquistas coloniais. «O capital financeiro quer, não a liberdade, e sim o domínio», diz com razão Hilferding. E um escritor burguês da França, como se desenvolvesse e completasse as idéias de Cecil Rhodes, já por nós citado mais atrás, escreve que às causas econômicas da política colonial contemporânea devem-se acrescentar as causas de ordem social.

«Em consequência da crescente complexidade da vida e das dificuldades que pesam, não apenas sobre as massas trabalhadoras, como também sobre as classes médias, em todos os países da civilização velha se estão acumulando, «a impaciência, a irritação, o ódio, que põem em perigo a tranqüilidade pública; é necessário encontrar-se aplicação para a energia tirada de determinado ramo de classe, encontrar aplicação fora do país, a fim de não se produzir a explosão dentro do país». (1)

(1) Wahl, *La France aux colonies*, cit. por Henri Russier, *Le partage de l'Océanie*, Paris, 1905, pág. 165.

Já que falamos da política colonial na época do imperialismo capitalista, é mister notar-se que o capital financeiro e a política internacional correspondente, a qual se reduz à luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, criam uma série de formas de transição de dependência nacional. Típicos de tal época são não somente os dois grupos fundamentais de países possuidores de colônias, as colônias, como também as múltiplas formas de Estados dependentes, politicamente independentes do ponto de vista formal, porém, em realidade, envolvidos na rede da dependência diplomática e financeira. Uma dessas formas, a semicolônia, já a indicamos antes. Como modelo da seguinte citaremos a Argentina.

«A América do Sul, sobretudo a Argentina», diz Schulze-Gaevernitz, em sua obra sobre o imperialismo britânico, «acha-se em situação tal de dependência financeira em relação a Londres, que quase pode ser qualificada de colônia comercial inglesa» (1).

Segundo Schilder, os capitais investidos pela Inglaterra na Argentina, de acordo com dados fornecidos pelo cônsul austro-húngaro, em Buenos Aires, foram, em 1909, de 8,75 mil milhões de francos. Não é difícil imaginar-se que forte laço se estabelece entre o capital financeiro (e seu «amigo» fiel, a diplomacia) da Inglaterra e a burguesia argentina e os setores dirigentes da sua vida econômica e política.

O exemplo de Portugal mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática sob a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano; mas, em verdade, há mais de duzentos anos, desde a época da guerra de sucessão espanhola (1700-1714), que se

(1) Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus und englischer Freihandel zu Beginn des XX. Jahrhunderts*, Leipzig, pág. 318. O mesmo diz Sartorius, von Waltershausen, *Das volkswirtschaftliche System der Kapitalguts im Auslande*, Berlin, 1907, pág. 46.

encontra sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra defende as suas possessões coloniais, com intuito de reforçar a própria posição na luta com os adversários: a Espanha e a França. (X) Inglaterra obteve, em compensação, ofertas vantajosas comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colônias, a possibilidade de utilizar os portos e as ilhas de Portugal, seus cabos etc. (1). Tal gênero de relações entre alguns Estados grandes e pequenos sempre existiu, entretanto, na época do imperialismo capitalista converte-se em regra geral, passando a fazer parte do conjunto de relações que regem a partilha do mundo, tornando-se os nós na cadeia das operações do capital financeiro mundial.

Para terminar com a questão da partilha do mundo, devemos ainda fazer notar o seguinte: Não somente a literatura norteamericana, depois da guerra hispano-americana, e a inglesa, depois da guerra anglo-boer, expuseram a questão da forma internamente aberta e definida, em fins do século passado e começo deste não somente a literatura alemã, que não cessava de ter os olhos «zelosamente cravados» no imperialismo britânico, apreendeu sistematicamente este fato: também a literatura burguesa da França expôs a questão de modo suficientemente claro e amplo, no quanto isso é concebível do ponto de vista burguês. Remetemos o leitor ao historiador Driault, que no seu livro «Os Problemas Políticos e Sociais no fim do século XIX», no capítulo sobre «As grandes potências e a partilha do mundo» diz o seguinte:

«No transcurso dos últimos anos, todos os territórios livres da Terra, à exceção da China, têm sido ocupados pelas potências da Europa e dos Estados Unidos. Devido a isto, produziram-se já vários conflitos e certos desajustes de influência que prenunciam explosões muito mais terríveis num futuro próximo. Há pressa: as nações que nada to-

(1) Schilder, obra cit., t. I. págs. 160-161.

maram correm o risco de não receber jamais a sua porção e de não tomar parte na exploração gigantesca da Terra, que será um dos fatos mais essenciais do próximo século (isto é, do século XX). Eis por que toda a Europa e a América, durante os últimos tempos, foram presas da febre de expansão colonial, do «imperialismo», que constitui o traço característico mais notável dos fins do século XIX.

E o autor acrescenta: «Com tal partilha do mundo, com esta furiosa caça às riquezas e aos grandes mercados da Terra, a força relativa dos impérios criados neste século XIX está em completa desproporção com o espaço ocupado na Europa pelas nações que os criaram. As potências predominantes na Europa que são os árbitros do seu destino, não predominam igualmente em todo o mundo. E graças ao fato de que o poderio colonial, a esperança de possuir riquezas ainda ignoradas, terá, evidentemente, repercussão na força relativa das potências européias, — a questão colonial, o «imperialismo», se o preferís, — que já transformou as condições políticas da própria Europa, irá modificando-as cada vez mais». (1)

Trecho do capítulo VII — O Imperialismo ,como fase particular do capitalismo.

Se fôsse necessário dar definição mais rápida possível do imperialismo, deveria dizer-se que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal pois, de um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital dos grupos monopolistas de industriais e, de outro lado, a partilha do mundo é a passagem da política colonial, que se expandia sem obstáculos nas regiões ainda não apro-

(1) J. E. Driault, *Problèmes politiques et sociaux*, Paris, 1907, pág. 299.

priadas por nenhuma potência capitalista, à política colonial de domínio monopolista dos territórios do globo, inteiramente repartido.

Contudo as definições excessivamente breves, se bem que cômodas pois que resumem o principal, são não obstante insuficientes, já que é mister deduzir delas traços essenciais do fenômeno que tem de ser definido. Por isso, sem esquecer, a significação condicional e relativa de tôdas as definições em geral, as quais não podem jamais abarcar em todos os aspectos as relações do fenômeno em seu completo desenvolvimento, convém dar definição do imperialismo que contenha seus cinco traços fundamentais, a saber: 1) a concentração da produção e do capital chegada a grau tão elevado de desenvolvimento que criou o monopólio, o qual desempenha papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o industrial, e a criação, à base dêste «capital financeiro», da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital, à diferença da exportação de mercadorias, adquire particular importância; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, as quais repartem o mundo entre si; 5) a conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento quando tomou corpo o domínio dos monopólios e do capital financeiro, quando a exportação de capital adquiriu importância de primeira ordem, quando começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha do mesmo entre os países capitalistas mais importantes.

Veremos mais adiante que se pode e deve definir de outro modo o imperialismo, se se leva em conta, não apenas as noções fundamentais puramente econômicas (a que se limita a definição que demos), e sim também o lugar histórico dessa fase do capitalismo em relação ao capitalismo em geral, ou a relação do imperialismo e as duas tendências fundamentais do movimento operário. O que é preciso consignar imediatamente é que, interpretado no referido sentido, o imperialismo, representa em si, indubitavelmente, fase particular de desenvolvimento do capitalismo. Para dar ao leitor idêa o mais funda-

...tentar possível do imperialismo, esforçamo-nos deliberadamente para reproduzir bom número de opiniões de economistas portugueses, que se vêem obrigados a reconhecer os fatos incontestáveis da economia capitalista mais recente. Com o mesmo fim, reproduzimos dados estatísticos detalhados, que nos permitem ver até que ponto cresceu o capital bancário, etc., e assim como ficou expresso de modo concreto a transformação da quantidade em qualidade, a passagem do capitalismo para o imperialismo. Para isso, não nos esquecemos de fazer as seguintes observações: (1) a passagem do capitalismo para o imperialismo; (2) a passagem do capitalismo para o imperialismo; (3) a passagem do capitalismo para o imperialismo.

Capítulo X — O lugar histórico do imperialismo

Como vimos, o imperialismo, por sua essência econômica, é o capitalismo monopolista. Com efeito já determinamos o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce precisamente da livre concorrência, é o trânsito do capitalismo a outro sistema social-econômico mais elevado e é necessário destacar particularmente quatro aspectos principais do monopólio ou manifestações principais do capitalismo monopolista, característicos do período que nos ocupa.

Primeiro: O monopólio é produto da concentração da produção em grau muito elevado de desenvolvimento. Ele se manifesta nas alianças monopolistas dos capitalistas: cartéis, sindicatos, trustes, cujo papel na vida econômica contemporânea, como já vimos, é imenso. No começo do século XX, ocuparam posição inteiramente dominante nos países adiantados e se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados com anterioridade pelos países com tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com seu sistema de livre comércio, não ficou apenas um pouco mais tarde, esse mesmo fato fundamental no nascimento do monopólio como consequência da concentração da produção.

Segundo: Os monopólios determinaram a tendência cada vez mais acentuada de se apoderar das mais importantes fontes de matérias primas, particularmente para a indústria fundamental, e mais cartelizada da sociedade capitalista: a mineração e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes minerais

importantes de matérias primas aumentou em proporções imensas o poderio do grande capital e tornou mais agudas as contradições entre a indústria cartelizada e a não-cartelizada.

Terceiro: O monopólio surgiu dos bancos que, de modestas empresas intermediárias que eram, antes, se converteram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco bancos importantes de qualquer das nações capitalistas mais adiantadas realizaram a «união pessoal» do capital bancário e industrial, concentraram nas mãos milhares de milhões que constituem a maior parte dos capitais e dos depósitos em dinheiro de todo o país. Oligarquia financeira que estende espessa rede de dependência sobre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção, eis a manifestação mais relevante deste monopólio.

Quarto: O monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos «velhos» motivos da política colonial, acrescentou o capital financeiro a luta pelas fontes de matérias primas, pela exportação de capital, pelas «esferas de influência», isto é, as esferas apropriadas para realizar transações lucrativas, concessões, benefícios monopolistas, etc., finalmente pelo território econômico em geral. Quando as potências europeias ocupavam, por exemplo, com suas colônias, uma décima parte da África, como foi ainda o caso em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de modo não-monopolista, de conformidade, por assim dizer, com o direito do «primeiro ocupante» conquistador de territórios. Porém quando aconteceu que 9 décimas partes da África estavam ocupadas (até 1900), quando aconteceu estar todo o mundo partilhado, começou inevitavelmente a era de posse monopolista das colônias, e, por conseguinte, de luta particularmente aguda por nova partilha do mundo.

Todo o mundo conhece até que ponto o capital monopolista tornou agudas todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e o jugo dos cartéis. Esta intensificação das contradições é a força motriz mais potente do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial.

O monopólio, a oligarquia, a tendência à dominação em vez da tendência à liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isso deu origem aos traços distintos do imperialismo, obrigando a caracterizá-lo como capitalismo parasitário ou em estado de decomposição. Cada dia manifesta-se com mais relêvo, como uma das tendências do imperialismo, a criação de «Estados que vivem de renda», de Estados usurários, cuja burguesia vive cada dia mais da exportação do capital e de «cortar cupon». Seria erro crer que esta tendência à decomposição afasta o rápido desenvolvimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor força ora uma ora outra destas tendências. Em conjunto, o capitalismo cresce com rapidez incomparavelmente maior do que antes, porém este crescimento, não só é cada vez mais desigual, como também essa desigualdade se manifesta ao mesmo tempo, de modo particular, na decomposição dos países mais fortes em capital (a Inglaterra).

No que se refere à rapidez do desenvolvimento econômico da Alemanha, o autor das investigações sobre os grandes bancos alemães, Riesser, diz:

«O desenvolvimento, não muito lento, da época precedente (1848-1870), acha-se relacionado com a rapidez do desenvolvimento de toda a economia na Alemanha e particularmente de seus bancos na época atual (1870-1905), aproximadamente como o rápido movimento de um carro de posta dos velhos tempos está relacionado com a rapidez do automóvel moderno, que vai em tal velocidade que resulta ser perigoso tanto para o tranqüilo pedestre como para as pessoas que estão no automóvel». (1).

(1) Riesser, obra cit., terceira edição, pág. 354.

Por sua vez, êsse capital financeiro que cresceu com tão extraordinária rapidez, exatamente porque cresceu desta forma, não tem nenhum inconveniente em passar a uma posse mais «pacífica» das colônias que devem ser arrebatadas, não somente por meios pacíficos, às nações mais ricas. E nos Estados Unidos, o desenvolvimento econômico durante os últimos decênios tem sido ainda mais rápido do que na Alemanha; precisamente, graças a esta circunstância, os traços parasitários do capitalismo norte-americano contemporâneo manifestaram-se com particular relêvo. Por outro lado, a comparação, por exemplo, da burguesia republicana norte-americana e da burguesia monárquica japonesa ou alemã mostra que as maiores diferenças políticas se atenuam extraordinariamente na época do imperialismo, não porque, em geral, tal diferença não seja importante, e sim porque em todos êsses casos se trata de burguesia com traços definidos de parasitismo.

A obtenção de elevados ganhos monopolistas pelos capitalistas de um dos numerosos ramos da indústria, de um dos países, etc., dá-lhes a possibilidade econômica de corromper a certos setores operários, e, temporariamente, a uma minoria bastante considerável desses, pondo-os do lado da burguesia de determinado ramo industrial ou de determinado país contra todos os outros. O antagonismo cada dia mais intenso das nações imperialistas, provocado pela partilha do mundo, reforça esta tendência. E' assim como se cria o laço entre o imperialismo e o oportunismo, que se manifestou na Inglaterra antes de qualquer outro lugar e de modo o mais claro, devido a que vários dos traços imperialistas do desenvolvimento aparecem em dito país muito mais do que em outros. A alguns escritores, por exemplo, a L. Márto, dá prazer esquivar o fato das relações entre o imperialismo e o oportunismo no movimento operário, — fato que salta atualmente aos olhos, de maneira particularmente evidente, — através raciocínios cheios de «otimismo oficial» (no espírito de Kautsky e Huysmans), tais como: a causa dos adversários do capitalismo seria uma causa perdida se o capitalismo adiantado conduzisse exatamente ao reforçamento do oportunismo, ou se exatamente

grande e gigantésca e organiza sistemática e regularmente, à base de cálculo exato, o abastecimento da proporção de 2/3 ou de 3/4 da matéria prima de todo o necessário para uma população de várias dezenas de milhões; quando se organiza sistematicamente o transporte de tais matérias primas aos pontos de condução mais cómodos, que se encontram por vezes à distância de centenas e de milhares de quilómetros um do outro; quando, de um centro, se dirige a elaboração do material em todas as diversas fases até a obtenção de uma série de produtos diversos terminados; quando a distribuição de tais produtos se efetua segundo um plano entre dezenas e centenas de milhões de consumidores (abastecimento de petróleo na América e na Alemanha pelo Truste do Petróleo Americano), aparece então com evidência que nos encontramos diante de socialização da produção, e não diante de simples «entrelaçamentos», que as relações de economia e propriedades privadas constituem envoltório que já não corresponde ao conteúdo, que se decompõe inevitavelmente se se lhe adia artificialmente a supressão, que pode permanecer em estado de decomposição durante período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolonga demasiadamente), mas que, não obstante, será inevitavelmente suprimida.

O entusiasta partidário do imperialismo alemão, Schulze-Gaevernitz, exclama:

«Se, no final das contas, a direção dos bancos alemães se encontra em mãos de meia dúzia de indivíduos, a atividade dos mesmos já é atualmente mais importante para o bem-estar do povo do que a atividade da maioria dos ministros (neste caso, é mais vantajoso esquecer o «entrelaçamento» existente entre banqueiros, ministros, industriais, os que vivem de renda, etc.) ... Se se reflete até o fim sobre o desenvolvimento das tendências que vimos, chegamos à seguinte conclusão: o capital monetário da nação, unido em bancos; os bancos, unidos entre si em cartel, o capital da nação, que busca o modo de

O PROGRAMA MILITAR DA REVOLUÇÃO PROLETARIA (*)

V. I. LENIN

A história do século XX, século do «Imperialismo desenfreado», é pródiga em guerras coloniais. Mas o que nós europeus, opressores imperialistas da maioria dos povos do mundo, chamamos de «guerras coloniais» com o repugnante chovinismo que nos é peculiar, são, não raro, as guerras nacionais ou sublevações nacionais de povos oprimidos. Uma das contradições fundamentais do imperialismo consiste justamente em que a sua ação acelera o desenvolvimento do capitalismo nos países mais atrasados, ampliando e recrudescendo por si mesmo a luta contra a opressão nacional. Isto é um fato. E daí se infere, inevitavelmente, que o imperialismo gera, em certos casos, as guerras nacionais. Junius (pseudônimo de R. Luxemburgo), que defende em seu folheto as «teses» já mencionadas, afirma que na época do imperialismo qualquer guerra nacional contra uma potência imperialista provoca a intervenção de outra grande potência imperialista que entra em competição com a primeira, e que, deste modo, toda guerra nacional se transforma em guerra imperialista. Este argumento também é falso. É possível que tal hipótese suceda, mas não é sempre que acontece. Muitas guerras coloniais entre 1900 e 1914 seguiram curso inteiramente diverso. É seria simplesmente ridículo afirmar, por exemplo, que depois da guerra atual, se ela terminar com o esgotamento total dos países beligerantes, «não poderia» haver «nenhuma» guerra revolu-

(*) V. L. Lenin — *Obras escolhidas*, em espanhol, em 4 tomos, Edições Políticas do Estado, Moscou, 1941 — Tomo II, pág. 440.

Só quando tivermos derrubado, vencido definitivamente e apropriado a burguesia em todo o mundo, e não apenas em um só país, serão impossíveis tôdas as guerras. Mas, partindo de um ponto de vista científico, cometeríamos um erro completo e deixaríamos de ser revolucionários se escondêssemos e não passássemos por cima daquilo justamente que tem maior importância e smagana a resistência da burguesia, o mais difícil, o que maior luta exige no passo à frente para o socialismo.

Os papas «sociais», e os oportunistas, estão sempre a sonhar com o socialismo pacífico do futuro; mas é isto justamente que os distingue dos social-democratas revolucionários: eles não querem sonhar nem pensar na brutalidade da luta de classes, nem nas guerras de classe necessárias à realização desse magnífico futuro.

Não devemos consentir que nos induzam ao erro por meio de palavras. Por exemplo, a idéia de «defesa da Pátria» é odiosa para muitos, porque os oportunistas e os partidários de Kautsky encobrem e escondem com ela as mentiras da burguesia na atual guerra de rapina. Isto é um fato. Mas dêle não se conclui que devemos deixar de pensar no significado das palavras de ordem políticas. Aceitar a «defesa da Pátria» na guerra atual equivaleria a considerá-la justa, ajustada aos interesses do proletariado, só isso, nada mais, e a invasão ocorre em tôdas as guerras. Seria simplesmente absurdo negar o direito de «defender a Pátria» aos povos oprimidos na sua guerra contra as grandes potências imperialistas, ou o proletariado vencedor na sua guerra contra qualquer Gallifet (1) de um Estado burguês.

Teoricamente seria um erro completo esquecer que toda guerra é uma continuação, com outros meios, de uma política; a atual guerra imperialista é uma continuação da política imperialista de dois grupos de grandes potências, política que tem origem e se baseia no conjunto das relações peculia-

(1) GALLIFET (1880-1909), general francês, carrasco da Comuna de Paris, Ministro da Guerra do Gabinete Waldeck-Rousseau (1899-1900).

O «PROGRAMA DE PAZ» (*)

V. I. LENIN

Uma das mais importantes questões do temário da Conferência da Segunda Internacional dos «Zimmerwaldistas» é a questão do «programa de paz» social-democrático. A fim de inteirar os leitores sobre os aspectos essenciais dessa questão, citaremos uma declaração de Kautsky, o mais autorizado representante da Segunda Internacional e o mais autorizado campeão dos social-chovinistas de todos os países.

«A Internacional não é um instrumento oportuno em tempo de guerra; é essencialmente um instrumento de paz... da luta pela paz, da luta de classes em tempo de paz.» (Neue Zeit, 27 de novembro de 1914).

«Todos os programas formulados pela Internacional; os programas dos Congressos de Copenhague, Londres e Viena, todos exigem, e com toda razão, o reconhecimento da independência das nações. Essa exigência deve também servir-nos de bússola na presente guerra.» (Ibid, 21 de maio de 1915).

Essas poucas palavras exprimem de modo excelente a unidade e conciliação social-chovinista. Todos sabem que os amigos e adeptos de Südekum reuniram-se em Viena e agiram inteiramente dentro de seu espírito, defendendo a causa do imperialismo alemão sob o disfarce de «defesa da pátria». C

(*) V. I. Lenin — *Collected Works*, International Publishers, 1942 vol. XIX, pág. 61.

«unânime». Que os operários consideram os Südekums e Plekhanovs como «socialistas» autorizados e unânimes que desandaram temporariamente, é exatamente o que deseja a burguesia. O que realmente deseja a burguesia, é que os operários sejam desviados da luta revolucionária em tempo de guerra por meio de frases hipócritas, ociosas e evasivas sobre a paz; que sejam embalados e entorpecidos por anseios de paz sem anexações, por uma paz democrática etc., etc.

Huysmans limitou-se a popularizar o programa de paz de Kautsky, acrescentando tribunais de arbitragem, democratização da política exterior etc. Mas o ponto primeiro e fundamental de um programa de paz socialista deve ser **desmascarar a hipocrisia** do programa kautskista de paz, que fortalece a influência burguesa sobre o proletariado.

Rememoremos os postulados fundamentais da doutrina socialista, deturpados pelos kautskistas. A guerra é a continuação por meios violentos da política perseguida pelas classes dominantes das potências beligerantes desde muito antes da irrupção da guerra. A paz é a continuação da **mesmíssima** política, com um **registro** das modificações operadas na correlação de forças dos antagonistas como resultado das operações militares. A guerra não modifica o sentido em que se desenvolveu a política antes da guerra; apenas **acelera esse** desenvolvimento.

A guerra de 1870-71 foi a continuação da política burguesa progressista (adotada durante décadas) para libertar e unificar a Alemanha. A **debacle** e a desposição de Napoleão III acelerou essa libertação. O programa de paz dos socialistas daquela época levava em conta esse resultado burguês progressista e **advogava** o apoio à burguesia democrática, instando para que não se saqueasse a França e se estabelecesse uma paz honrosa com a República.

Quão pueril é a tentativa de repetir servilmente esse exemplo sob as condições reinantes durante a guerra imperialista de 1914-16! Esta guerra é continuação da política de uma burguesia reacionária super-amadurecida, que saqueou o mundo, apoderou-se de colônias, etc. Em virtude da situação objetiva, a atual guerra **não pode**, à base das relações burgue-

«bússola» de que se serve Kautsky & Cia. para que os operários sejam enganados pela burguesia.

Südekum e Plekhanov são «unânicos» em seu «programa de paz». Abaixo as anexações! Apoiemos a independência das nações! E note-se que os Südekums têm razão quando dizem que a atitude da Rússia para com a Polónia, Finlândia, etc., é uma atitude anexacionista. E da mesma forma Plekhanov tem razão quando diz que a atitude da Alemanha para com a Alsácia-Lorena, a Sérvia, a Bélgica, etc., é também anexacionista. Ambos têm razão, não têm? E desta forma Kautsky «reconcilia» o Südekum alemão com os Südekums russos!!!

Mas todo trabalhador sensível verá imediatamente que Kautsky e ambos os Südekums são hipócritas. Isto é óbvio. O dever de um socialista não é fazer a paz com a democracia hipócrita, mas sim **desmascará-la**. E como se pode desmascará-la? Muito simplesmente. O «reconhecimento» da independência das nações **somente** pode ser considerado como sincero nos casos em que o representante da nação oprimida exigiu, tanto antes como durante a guerra, liberdade de secessão para a nação que é oprimida pela **própria** «pátria», dêsse representante.

Somente essa reivindicação se coaduna com o marxismo. Marx levantou-a no interesse do proletariado inglês quando exigiu liberdade para a Irlanda, conquanto admitisse ao mesmo tempo a probabilidade de que a federação sucedesse à secessão. Em outras palavras, Marx exigiu o direito de secessão, não com o propósito de cindir e isolar países, mas com o propósito de criar laços mais duráveis e democráticos. Em todos os casos em que há nações opressoras e oprimidas, em que não há circunstâncias especiais que distinguem as nações democráticas-revolucionárias das nações reacionárias (como foi o caso da década de quarenta do século XIX), a diretiva de Marx em relação à Irlanda deve servir de modelo para a diretiva proletária. Mas o imperialismo é precisamente a época em que a divisão de nações em opressoras e oprimidas é a divisão essencial típica, tornando-se completamente impossível estabelecer distinção entre nações reacionárias e revolucionárias na Europa.

serem anexados à Alemanha e que Austerlitz e Cia. exija dos poloneses e dos sérvios o «consentimento» de serem anexados à Áustria?

E que dizer do kautskista russo Martov? Ele escreveu ao jornal Gvozdevist, **Nash Golos** (Samara), para provar a verdade indiscutível de que a autodeterminação das nações não implica necessariamente em defesa da pátria numa guerra imperialista. No entanto Martov nada diz sobre o fato de que um social-democrata russo trai o princípio da autodeterminação se não exige o **direito de secessão** para as nações oprimidas pelos Grandes Russos; e desta forma Martov estende a mão da paz aos Alexinskys, aos Gvozdevs, aos Potresovs e dos Plekhanovs. Martov silencia sobre esse ponto também na imprensa subterrânea! Hostiliza o holandês Gorter, embora Gorter, ao mesmo tempo em que erroneamente repudia o princípio da autodeterminação das nações, **aplica** corretamente esse princípio exigindo a **independência política** para as Índias Holandesas, desmascarando a traição do socialismo pelos oportunistas holandeses que discordam dessa reivindicação. Martov, porém, não ataca seu secretário Semkovsky, que em 1912-15 foi o **único** redator na imprensa liquidacionista que **repudiou** o direito de secessão e autodeterminação em geral!

Não é evidente que Martov «advogue» a autodeterminação da mesma forma que Kautsky hipocritamente o faz; que ele, também, está ocultando o seu desejo de **fazer a paz** com o chovinistas?

E o que dizer de Trotsky? Ele é de corpo e alma pela autodeterminação, mas em seu caso, também, trata-se de uma frase ociosa, pois ele não reivindica liberdade de secessão para as nações oprimidas pela «pátria» do socialista da nacionalidade **em questão**; **silencia** sobre a hipocrisia de Kautsky e dos kautskistas!

Esta forma de «luta contra as anexações» serve para iludir os operários e não para **explicar** o programa dos social-democratas; é uma **fuga** ao problema e não uma indicação concreta do dever dos internacionalistas; é uma concessão aos preconceitos nacionalistas e aos interesses egoístas do nacionalismo (todos «nós», tanto burgueses como social-chovinistas,

usufruímos «benefícios» com a opressão de outras nações (ela «nossa» pátria!) mas não uma luta contra o nacionalismo.

O «programa de paz» da social-democracia deve, em primeiro lugar, desmascarar a hipocrisia das frases burguesas, social-chovinistas e kautskistas sobre a paz. Essa, a tarefa primeira e fundamental. A menos que assim façamos, estamos, queiramos ou não, contribuindo para enganar as massas. O nosso «programa de paz» requer que o principal ponto democrático desta questão — o repúdio às anexações — seja aplicado na prática e não em palavras, que sirva para fomentar a propaganda do internacionalismo, e não da hipocrisia nacional. Nesse sentido, devemos explicar às massas que o repúdio às anexações, isto é, o reconhecimento da autodeterminação, somente é sincero quando os socialistas de **tôdas** as nações exigem o direito de secessão para as nações que são oprimidas por suas nações. Como palavra de ordem positiva, incapaz de arrastar as massas para a luta revolucionária e de explicar a necessidade de se adotarem medidas revolucionárias para alcançar uma «paz democrática», devemos lançar a palavra de ordem de repúdio à Dívida Nacional.

Finalmente, nosso «programa de paz» deve explicar que as potências imperialistas e a burguesia imperialista **não** podem conceder uma paz democrática. Deve-se procurar e combater por tal paz, não no **passado**, não na utopia reacionária de um capitalismo não-imperialista, não numa liga de nações iguais sob o capitalismo, mas **no futuro** na revolução socialista do proletariado. Não se pode conquistar uma reivindicação democrática fundamental sequer em qualquer medida considerável, ou em qualquer grau de permanência, nos estados imperialistas avançados, senão através de batalhas revolucionárias sob o estandarte do socialismo.

Quem quer que prometa às nações uma paz «democrática» sem ao mesmo tempo pregar a revolução socialista, ou enquanto repudia a luta para conquistá-la — luta essa que deve ser travada agora, durante a guerra — está enganando o proletariado.

Sotsial-Demokrat, n. 52, 25 de março de 1916.

Te
na
a

voc
liad
suas
sen

vic
qu
po
ta
sen
na
cons

2
e., bu
lista só
dação,
países

(*)
XIX,

**PROPOSTAS APRESENTADAS PELO COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO OPERÁRIO SOCIAL-DEMOCRÁTICO RUSSO
À SEGUNDA CONFERÊNCIA SOCIALISTA (*)**

V. I. LENIN

teses dos pontos 5, 6, 7a, 7b e 8 do temário: a luta pela terminação da guerra: atitude diante do problema da paz, diante da ação parlamentar das lutas de massa e diante da convocação do Bureau Socialista Internacional.

O Comité Socialista Internacional, em sua notificação convocando a Segunda Conferência, convidou as organizações fiéis para discutir as questões acima citadas, e para apresentar propostas. Atendendo a esse convite, nosso Partido apresenta as seguintes teses:

1. Assim como toda guerra é apenas a continuação pela violência da política que os estados beligerantes e as classes e os dominam vinham conduzindo desde há muitos anos, muitas vezes durante décadas antes da irrupção da guerra, assim também a paz que sucede a qualquer guerra não pode ser senão o alinhamento e o registro das modificações efetivas e a correlação de forças operadas no curso da guerra e em consequência da mesma.

2. Enquanto os alicerces das atuais relações sociais, isto é, as classes, permanecerem intactas, uma guerra imperialista pode conduzir a uma paz imperialista, isto é, à consolidação da expansão e intensificação da opressão das nações e dos povos fracos pelo capital financeiro, que cresceu enormemen-

*) V. I. Lenin -- *Collected Works*, International Publishers, vol. 1, pág. 68 (Extrato).

te, não apenas no período que precedeu a esta guerra, mas também, e particularmente, durante o curso da guerra. O conteúdo objetivo da política perseguida pela burguesia e os governos de ambos os grupos de Grandes Potências antes e durante a guerra conduz à intensificação da opressão econômica, da escravização nacional e da reação política. Conseqüentemente, se o sistema social burguês for preservado, a paz que emergirá desta guerra, qualquer que seja o seu resultado não pode senão servir para perpetuar êsse agravamento das condições econômicas e políticas das massas.

Supor ser possível que uma paz democrática sobreveia a uma guerra imperialista significa, em teoria, substituir estudo histórico da política que se vinha mantendo até durante esta guerra por frases vulgares. Na prática, significa ludibriar as massas do povo, toldando sua consciência política encapuçando e disfarçando a política efetiva perseguida pelas classes dominantes, que estão preparando o terreno para o advento da paz, ocultando das massas o principal fator, que uma paz democrática é impossível sem toda uma série de revoluções.

3. Os socialistas não repudiam a luta em prol das massas. Por exemplo, mesmo agora irão votar no Parlamento a favor de melhorias, embora ligeiras, nas condições de vida das massas, a favor de maior ajuda aos habitantes das regiões devastadas, do atenuamento da opressão nacional, etc. Mas é uma deslavada fraude burguesa pregar reformas e soluções de problemas para os quais a história e a atual situação política exigem soluções revolucionárias. São precisamente problemas dessa espécie que esta guerra trouxe à tona. Estas as questões fundamentais do imperialismo, i.e., a própria existência da sociedade capitalista, a questão do colapso do capitalismo com uma nova partilha do mundo, o ajustamento à nova correlação de forças entre as Grandes Potências, que nas últimas décadas se desenvolveu apenas com extrema rapidez, mas — e isso é particularmente importante — também com extrema desigualdade. É a verdadeira atividade política que há de alterar a correlação de forças na sociedade, e não simplesmente iludir as massas.

com palavras, somente é hoje possível sob uma das duas formas: quer ajudando a «própria» burguesia nacional a saquear outros países (chamando-se a isso «defesa da pátria» ou «salvação do país»), quer auxiliando a revolução proletária socialista, fomentando e desenvolvendo o fermento que se inicia entre as massas de todos os países beligerantes, auxiliando as greves e demonstrações incipientes, etc., ampliando e aprofundando as ainda débeis expressões da luta revolucionária de massas, num assalto geral do proletariado para a derrocada da burguesia.

Assim como todos os social-chovinistas estão no momento iludindo o povo, fazendo passar despercebida a política efetiva, i.e., imperialista dos capitalistas, que está sendo impulsionada nesta guerra com frases hipócritas sobre o ataque «desonesto» e a defesa «honestá» por parte deste ou daquele grupo de capitalistas predatórios, assim também as frases sobre uma «paz democrática» servem apenas para enganar o povo, como se a paz vindoura, que já está sendo preparada pelos capitalistas e diplomatas, pudesse «simplesmente» abolir os ataques «desonestos» e restabelecer relações «honestas», e como se ela não viesse a ser uma continuação, um desenvolvimento e uma perpetuação dessa mesma política imperialista, i.e., uma política de pilhagem financeira, saque colonial, opressão nacional, reação política e intensificação da exploração capitalista em tôdas as suas formas. O de que mais necessitam os capitalistas e seus diplomatas no momento são servos «socialistas» da burguesia para ensurdecer, ludibriar e entorpecer o povo com frases sobre uma «paz democrática» e desta forma ocultar a verdadeira política da burguesia, tornando assim difícil a compreensão por parte das massas da verdadeira natureza dessa política e afastá-las da luta revolucionária.

**CONFERÊNCIA DA SEÇÕES DO P. O. S. D. R. NO
EXTERIOR (*)**

V. I. LENIN

A Terceira Internacional

A crise criada pela guerra pôs à mostra a verdadeira natureza do oportunismo, revelando-o no papel de cúmplice direto da burguesia contra o proletariado. O chamado «centro» social-democrático, chefiado por Kautsky, na realidade descambou completamente para o oportunismo, e o está dissimulando com frases caracteristicamente nocivas e hipócritas e com a falsificação do Marxismo numa forma que o apresenta como imperialismo. A experiência mostra que na Alemanha, por exemplo, somente com determinada oposição ao desejo da maioria da liderança do Partido se tornou possível sair em defesa do ponto de vista socialista. Seria uma ilusão nociva esperar-se restaurar uma Internacional genuína sem a completa separação orgânica dos oportunistas.

O Partido Operário Social-Democrático Russo deve apoiar toda ação de massa internacional e revolucionária do proletariado; deve lutar pela união de todos os elementos anti-chovinistas da Internacional.

O Pacifismo e o Lema da Paz

Uma das formas de iludir a classe operária está no pacifismo e na prédica abstrata da paz. No capitalismo, nota-

(*) V. I. Lenin — *Selected Works*, Lawrence & Wishart Ltd., vol. V, pág. 131 (Extrato).

damente em sua fase imperialista, as guerras são inevitáveis. Por outro lado, os social-democratas não podem negar a significação positiva das guerras revolucionárias, isto é, não das guerras imperialistas, e sim como as que foram travadas, por exemplo, entre 1789 e 1871, com o fim de abolir a opressão nacional e de criar estados capitalistas nacionais saídos dos estados feudais separados, ou das possíveis guerras em defesa das conquistas do proletariado vitorioso na luta contra a burguesia.

A propaganda de paz neste momento, se não for seguida de um apêlo à ação revolucionária em massa, só é capaz de disseminar ilusões, de desmoralizar o proletariado incutindo-lhe a crença no humanitarismo da burguesia, e de fazê-lo juguete nas mãos da diplomacia secreta dos países beligerantes. Em particular, a idéia de que uma chamada paz democrática é possível sem uma série de revoluções é profundamente errônea.

O DECRETO SÓBRE A PAZ (*)

V. I. LENIN

(Discurso pronunciado no II Congresso dos Soviets a 8 de novembro, (26 de outubro de 1917)

A questão da paz é uma questão abrasadora, uma questão aguda do tempo presente. Muito se falou, muito se escreveu sobre essa questão e vós provavelmente a debatestes várias vezes. Permitti, portanto, que eu vos faça a leitura da declaração a ser promulgada pelo govêrno que acabais de eleger.

Decreto sobre a Paz-

O govêrno operário e camponês oriundo da Revolução de 6-7 novembro (24-25 de outubro) e apoiado nos Soviets dos Deputados operários, soldados e camponeses, convida todos os povos beligerantes e seus governos a entabolar imediatamente conversações em vista de uma paz democrática equitativa.

O govêrno considera como uma paz equitativa e democrática, de conformidade com o que deseja a esmagadora maioria das classes operárias e trabalhadoras exaustas, atormentadas e martirizadas pela guerra em todos os países beligerantes, a paz que os operários e os camponeses russos reclamaram do modo mais categórico e e mais tenaz após a derrubada da monarquia czarista, uma paz imediata sem anexações (quer dizer, sem conquista de territórios estrangeiros, sem incorporação, pela fôrça, dos povos estrangeiros) e sem contribuições.

(*) V. I. Lenin — *Obras Escogidas*, Edições Políticas do Estado, Moscou 1948, vol. II, pág. 284.

Eis a paz que o governo russo propõe que todos os povos beligerantes concluam imediatamente, declarando-se disposto a fazer, sem a menor delonga, tôdas as diligências necessárias, até a ratificação definitiva de tôdas as condições de uma paz semelhante pelas assembléias autorizadas dos representantes do povo de todos os países e de tôdas as nações.

Por anexação ou conquista de territórios estrangeiros, o govêrno entende, conforme a consciência que têm do direito a democracia em geral e as classes laboriosas em particular, tôda a incorporação a um Estado, grande ou poderoso, de uma nacionalidade pequena ou fraca, sem o consentimento claro e livremente expresso por essa última, independentemente da época em que foi realizada essa incorporação pela fôrça, independentemente do grau de civilização da nação anexada ou retida pela fôrça nos limites de um Estado, independentemente, enfim, do lugar onde vivia, na Europa ou nos longínquos países de além-mar.

Se uma nação qualquer é mantida pela fôrça no quadro de um Estado, se, a despeito do desejo por ela exprimido, — quer pela imprensa, nas assembléias populares, nas decisões dos partidos, quer em movimentos de revolta e de insurreição contra a opressão nacional — não lhe é dado o direito de decidir por um voto livre, — após a retirada completa das tropas da nação conquistadora ou em geral mais poderosa, — a questão de sua existência política, a incorporação dessa nação ao Estado constitui uma anexação, isto é, uma conquista e um ato de violência.

O govêrno considera que continuar essa guerra pela partilha dos povos fracos e conquistados entre as nações fortes e ricas é o maior crime contra a humanidade e proclama solenemente sua resolução de assinar imediatamente condições de paz capazes de pôr fim a essa guerra, nas condições indicadas, igualmente justas para tôdas as nacionalidades sem exceção.

O govêrno declara, ao mesmo tempo, que absolutamente não considera como um ultimatum as condições de paz acima indicadas: consente em examinar qualquer outra condição de

paz, insistindo apenas para que seja apresentada o mais depressa possível por todo e qualquer país beligerante, para que seja redigida com toda a clareza, sem nenhuma ambigüidade e fora de qualquer segredo.

O governo aboliu a diplomacia secreta, exprimindo, por sua parte, sua firme intenção de travar todas as conversações abertamente, diante de todo o povo e procedendo imediatamente à publicação integral dos tratados secretos ratificados ou concluídos pelo governo dos latifundiários e dos capitalistas desde fevereiro até 7 de novembro (25 de outubro) de 1917. Declara total e imediatamente anuladas todas as cláusulas desses tratados secretos, na medida em que tendem, como é o caso na maior parte, a conceder vantagens e privilégios aos latifundiários e aos capitalistas russos, a manter ou aumentar as anexações dos Grandes-Russos.

Convidando os governos e os povos de todos os países a entabular imediatamente conversações públicas para a conclusão da paz, o governo se declara, de sua parte, disposto a negociar, quer por escrito, por telégrafo, quer por conversações entre os representantes dos diversos países ou numa conferência desses representantes. A fim de facilitar essas negociações, o governo designa seu representante plenipotenciário nos países neutros.

O governo convida todos os governos e os povos de todos os países beligerantes a concluir imediatamente um armistício; considerada, de seu lado, desejável que esse armistício seja ao menos de três meses, prazo durante o qual se tornam perfeitamente possíveis quer a conclusão das negociações de paz com a participação dos representantes de todas as nações ou povos, sem exceção, empenhados na guerra ou obrigados a dela participar, quer a convocação, em todos os países, de assembléias autorizadas de representantes do povo para ratificar definitivamente as condições de paz.

Dirigindo essa proposta de paz aos governos e aos povos de todos os países beligerantes, o governo provisório operário o camponês da Rússia se dirige igualmente e sobretudo aos operários conscientes das três nações mais adiantadas e mais poderosas da humanidade participantes nesta guerra, aos operários

da Inglaterra, França e da Alemanha. Os operários desses países prestaram os maiores serviços à causa do progresso e do socialismo; deram os maiores exemplos do movimento cartista na Inglaterra, das revoluções de um alcance histórico universal realizadas pelo proletariado francês, enfim a luta heróica contra a lei de exceção na Alemanha e o longo trabalho tenaz e disciplinado que serviu de exemplo aos operários do mundo inteiro, para criar organizações proletárias de massa nesses países. Todos esses exemplos de heroísmo proletário e de iniciativa histórica nos garantem que os operários desses países compreenderão o dever que hoje lhes incumbe: libertar a humanidade dos horrores da guerra e de suas conseqüências, pois esses operários, por sua atividade múltipla, resoluta e cheia de uma energia inaudita, nos ajudarão a levar até o fim a obra de paz e, ao mesmo tempo, a obra de libertação das massas trabalhadoras e exploradas, de toda escravidão e de toda exploração.

O governo operário e camponês, oriundo da Revolução de 6-7 de novembro (24-25 de outubro) e fortalecido pelo apoio dos Sovietes dos deputados operários, soldados e camponeses, deve entabolar imediatamente as negociações de paz. Nosso apêlo deve ser dirigido ao mesmo tempo aos governos e aos povos. Não podemos ignorar os governos, pois seria afastar a possibilidade de concluir a paz; ora, um governo popular não tem o direito de agir assim. Mas não temos nenhum direito de não nos dirigirmos aos povos. Os governos e os povos estão em desacôrdo em todos os países. Assim, devemos ajudar os povos a intervir na questão da guerra e da paz. Defenderemos, naturalmente, por todos os meios, nosso programa integral de paz sem anexações nem contribuições. Não desistiremos disso, mas devemos tirar aos nossos inimigos a possibilidade de dizer que suas condições são muito diferentes e que, por conseguinte, de nada serviria entabolar conversações conosco. Sim: devemos privá-los dessa vantagem e não formular nossas condições sob forma de ultimatum. Por isso, incluímos o ponto segundo o qual nos declaramos dispostos a examinar tôdas as condições de paz, tôdas as propostas. Examinar não significa aceitar. Submeteremos essas condições e propostas à

Assembléa Constituinte, que terá plenos poderes para decidir quanto ao que se pode e ao que não se pode ceder. Combatemos a mentira dos governos, que em palavras, são todos pela paz e a justiça, mas, de fato, travam guerras de conquista e de banditismo. Nenhum govêrno dirá tudo o que pensa. Mas nós somos contra a diplomacia secreta e agiremos à luz do dia diante do povo inteiro. Nunca fechamos os olhos e não os fecharemos sôbre as dificuldades. A guerra não pode ser terminada por uma recusa pura e simples de continuá-la; a guerra não pode ser terminada por uma das partes beligerantes. Propomos um armistício de três meses, mas não repeli-remos um armistício de menor duração, para que o exército exausto possa ao menos respirar um momento e para que se possa, por outro lado, reunir em todos os países civilizados assembléas populares, a fim de discutir as condições da paz.

Ao propor a conclusão imediata de um armistício, nós nos dirigimos aos operários conscientes dos países que muito fizeram pelo desenvolvimento do movimento proletário. Dirigimo-nos aos operários da Inglaterra, que tiveram o movimento cartista, aos operários da França, que inúmeras vêzes demonstraram, por insurreições, todo o vigor de sua consciência de classe, aos operários da Alemanha, que derrubaram a lei contra os socialistas e criaram poderosas organizações.

No manifesto de 27 (14) de março, propúnhamos a derrubada dos banqueiros, mas, em vez de derrubarmos os nossos, nós, ao contrário, nos coalizávamos com êles. Agora, já derrubamos o govêrno dos banqueiros.

Os govêrnos e a burguesia farão todos os seus esforços para se unir e afogar em sangue a revolução operária e camponesa. Mas três anos de guerra esclareceram suficientemente as massas: o movimento soviético se desenvolve em outros países; a armada alemã amotinou-se e os junckers do carrasco Guilherme II reprimiram êsse motim. Não esqueçamos, também, de que não estamos no centro da Africa, mas na Europa, onde tudo se pode saber com rapidez.

O movimento operário vencerá e abrirá caminho para a paz e o socialismo.

(Izvestia, n. 208, e Pravda, n. 171, 9-10 de novembro, 27-28 de outubro de 1917).

SÓBRE A PAZ (*)

V. I. LENIN

(Discurso de encerramento pronunciado a 8 de novembro de 1917 /26 de outubro)

Não falarei do caráter geral da declaração. O governo a ser criado por vosso congresso terá a faculdade de modificá-la em seus pontos secundários.

Oponho-me resolutamente a que nossa reivindicação de paz tenha um caráter de ultimatum. Semelhante caráter poderia ser funesto a toda a nossa causa. Não podemos admitir que qualquer recusa insignificante de subscrever nossas exigências dê aos governos imperialistas o direito de dizer que não foi possível entabolar negociações de paz conosco, em razão de nossa intransigência.

Nosso apêlo, nós o dirigimos por toda parte. Todo o mundo o conhecerá. As condições propostas por nosso governo operário e camponês não poderão ser dissimuladas.

Não se poderá esconder nossa revolução operária e camponesa, que lançou por terra o poderio dos banqueiros e dos latifundiários.

Se adotássemos uma forma de ultimatum, os governos poderiam não responder.

Com a redação que vos estamos propondo, eles serão obrigados a responder. Que cada qual saiba o que pensa seu governo. Não queremos segredos. Queremos que o governo esteja sempre sob o controle da opinião pública de seus país.

(*) V. I. Lenin — *Obras Escogidas* em 2 volumes — Edições Políticas do Estado, Moscou, 1948 vol. II pág. 289.

Que diria o camponês de qualquer província afastada se, em consequência do caráter de ultimatum de nossa proposta, não soubesse o que quer um outro govêrno? «Camaradas — era o que êle nos perguntaria — por que excluistes tôda possibilidade de outras propostas de paz? Essas propostas de paz, eu as teria discutido, eu as teria examinado e instruído, em consequência, meus representantes na Constituinte. Estou pronto a combater revolucionariamente por condições justas, se os governos não as aceitarem; mas certos países talvez possam achar colocados em tais condições que eu estaria pronto a convidar seus governos a que continuem êles mesmos a luta. A realização completa de tôdas as nossas aspirações depende apenas da derrubada do regime capitalista, todo êle». Mas o que nos poderia dizer o camponês, acusando-nos, talvez, de sermos demasiadamente intransigentes em questões insignificantes, quando o essencial, para nós, é desvendar tôda a infâmia, tôda a ignomínia da burguesia e dos carrascos, coroados ou não, colocados à frente de seus governos.

Não podemos nem devemos dar aos governos a possibilidade de escudar-se em nossa intransigência e de dissimular aos povos o motivo por que os enviam para a matança. Não é senão uma gôta d'água, mas não podemos nem devemos renunciar a essa gôta de água que acabará, com o tempo, por furar o granito das conquistas burguêsas. Um ultimatum facilitaria o jôgo de nossos adversários. Ao contrário, daremos a conhecer ao povo tôdas as condições. Colocaremos todos os governos em presença de nossas condições de paz; que êles respondam a seus próprios povos. Tôdas as condições de paz, nós as submetemos à Assembléia Constituinte.

Em outro ponto ainda, camaradas, deveis concentrar vossa atenção. Os tratados secretos devem ser publicados. As cláusulas referentes às anexações e às indenizações devem ser anuladas. As cláusulas são variadas, camaradas, pois os governos de bandidos não se limitavam a entender-se sôbre seus banditismos; em seus tratados figuravam igualmente convenções econômicas e diversas cláusulas sôbre as relações de boa vizinhança.

Não nos ligamos por tratados. Não nos deixaremos enlear por tratados. Repeliremos tôdas as cláusulas de banditismo e de violência, mas não podemos repelir as cláusulas estabelecedoras de relações de boa vizinhança e de acordos econômicos; essas, nós as aceitaremos com alegria. Propomos um armistício de três meses, escolhemos êsse longo prazo porque os povos estão exaustos, porque têm sêde de repouso após mais de três anos de massacres. Devemos compreender que os povos devem discutir as condições de paz, exprimir sua vontade por intermédio dos Parlamentares e que para isso precisam de tempo. Exigimos um longo armistício para que, nas trincheiras, o exército se restabeleça do pesadelo do assassinato permanente, mas não repelimos propostas de armistício por prazo menor, discutiremos tôdas elas e devemos aceitá-las, mesmo que nos proponham armistício por um mês ou por seis semanas. Nossa proposta de armistício não deve, também, assumir um caráter de ultimatum, pois não entendemos dar a nossos inimigos o meio de dissimular tôda a verdade aos povos, abrigando-se atrás de nossa intransigência. Ela não deve assumir um caráter de ultimatum, pois o govêrno que não quer armistício é criminoso. Se, ao contrário, nossa proposta de armistício não for ultimativa, obrigaremos, por isso mesmo, os governos a mostrarem perante os povos na posição de criminosos e os povos não farão cerimônias com os criminosos dêsse gênero. Objetam-nos que nossa falta de intransigência mostrará nossa impotência, mas é tempo de renunciar às mentiras burguesas quando se trata da fôrça do povo. A fôrça manifesta-se, na opinião da burguesia, quando as massas caminham cegamente para o matadouro, obedecendo às injunções dos governos imperialistas. A burguesia só reconhece como forte um govêrno quando êle pode, utilizando-se de todo o poderio do aparelho governamental, fazer marchar as massas ao bel prazer dos governantes burgueses. É bem diversa nossa concepção de fôrça. Pensamos que a consciência das massas é que torna forte o Estado. O Estado é forte quando as massas sabem tudo, podem julgar de tudo e tudo fazem conscientemente. Não temos que temer dizer a verdade sôbre nossa fadiga. Que govêrno, com efeito, não está fadigado hoje, que povo não o

confessa bem alto? Vêde a Itália, onde êsse cansaço provocou um longo movimento revolucionário exigindo a terminação do massacre. Não estamos vendo, na Alemanha, desenrolarem-se manifestações operárias de massa, em obediência à palavra de ordem de cessar a guerra? O motim da frota alemã, impiedosamente reprimido pelo carrasco Guilherme e por seus lácaios, não foi provocado pela fadiga? Se fatos semelhantes podem produzir-se num país tão disciplinado quanto a Alemanha, onde, no entanto, já se começa a falar em fadiga e no fim da guerra, não temos que temer falar nisso, nós também, abertamente, pois se trata de uma coisa tão verdadeira para nós quanto para todos os países beligerantes e mesmo não-beligerantes.

(Pravda, n.º 171, 10 de novembro, 28 de outubro de 1917).

**NOTA SÓBRE AS TAREFAS DE NOSSA DELEGAÇÃO A
HAIA (*)**

V. I. LENIN

A propósito da luta contra o perigo de guerra, em conexão com a conferência de Haia, penso que a maior dificuldade é vencer o preconceito de que essa é uma questão simples, clara e relativamente fácil.

«Responderemos à guerra com a greve ou a revolução», eis o que dizem geralmente à classe operária os líderes reformistas mas notórios. E, muitas vèzes, o radicalismo aparente dessas respostas satisfaz, tranqüiliza os operários, os cooperadores e os camponeses.

Talvez o meio mais justo seria começar refutando essa opinião do modo mais veemente. Declarar que principalmente agora, depois da guerra recente, só as pessoas muito tolas ou os mentirosos contumases podem assegurar que semelhante resposta à questão referente à luta contra a guerra tem qualquer valor. Declarar que é impossível «responder» à guerra com a greve, assim como é também impossível «responder» à guerra com a revolução, no entido literal, no sentido mais simples dessas expressões.

É preciso explicar às pessoas a situação real, quanto é grande o mistério de que se cerca o nascimento da guerra, e quanto a organização ordinária dos operários, mesmo quando se intitula revolucionária, é impotente perante a guerra de fato iminente.

(*) V. I. Lenin — *Obras Escogidas* em 2 volumes — Edições Políticas do Estado, Moscou, 1948, vol. II, pág. 1038.

É preciso explicar e tornar a explicar, do modo mais concreto, como as coisas se passaram durante a última guerra, e porque não podiam ter sido diferentes.

É preciso, sobretudo, explicar que a questão da «defesa da pátria» se torna inevitável, e que a imensa maioria dos trabalhadores a resolverá inevitavelmente a favor de sua burguesia.

É também necessário explicar, primeiro, o que é a «defesa da pátria», explicar, a seguir, o que é o «derrotismo», e, finalmente, indicar o único meio possível de combater a guerra, isto é, conservar e constituir uma organização ilegal para uma ação duradoura contra a guerra — tôdas essas coisas devem ser colocadas no primeiro plano.

Boicotar a guerra é uma frase estúpida. Os comunistas devem participar de qualquer guerra reacionária.

Será agir com acêrto mostrar de modo particularmente concreto, com exemplos tirados da literatura alemã da pré-guerra, e, principalmente, do Congresso de Basiléia em 1912, que reconhecer, na teoria, que a guerra é um crime, que a guerra é inadmissível para um socialista, etc., não são mais do que palavras vãs, porque não há nada de concreto nessa maneira de colocar a questão. Não damos às massas nenhuma idéia realmente viva da maneira como a guerra pode iniciar-se e será iniciada. Ao contrário, cada dia, num imenso número de exemplares, a imprensa dominante escamoteia essa questão e espalha a êsse respeito uma série de mentiras contra as quais a débil imprensa socialista é absolutamente impotente, tanto mais que, também em tempos de paz, professa nesse ponto idéias fundamentalmente errôneas. A imprensa comunista, na maioria dos países, também fracassará, com certeza.

Penso que nossos delegados ao congresso internacional dos cooperativistas e dos trade-unionistas deveriam dividir entre si a tarefa e analisar, muito minuciosamente, todos os sofismas hoje utilizados para justificar a guerra.

Talvez o meio principal para arrastar as massas à guerra sejam justamente êsses sofismas com os quais opera a imprensa burguesa; e o que explica antes de tudo nossa impotência perante a guerra é o fato de não examinarmos antecipa-

damente êsses sofismas, ou, coisa mais grave ainda, o de nos esquivarmos a êles por meio de frases banais, vaidosas e absolutamente vazias de sentido, tais como: não permitiremos a guerra, compreendemos perfeitamente que a guerra é um crime, e assim por diante, no espírito do manifesto de Basiléia de 1912 .

Parece-me que se, na conferência de Haia, temos alguns homens capazes de fazer, neste ou naquele idioma, um discurso contra a guerra, o importante será principalmente refutar a opinião segundo a qual os assistentes seriam adversários da guerra, compreenderiam como a guerra pode e deve iniciar-se no momento em que menos esperam, que conheceriam pouco ou muito o meio de combatê-la, que estariam pouco ou muito em condições de tomar medidas razoáveis e efetivas para lutar contra a guerra.

Fortalecidos pela experiência recente da guerra, devemos mostrar que, logo a seguir à declaração de guerra, um grande número de questões teóricas e práticas surgirão, colocando a enorme maioria dos mobilizados na impossibilidade de encarar essas questões com um pouco de lucidez, de boa fé, sem espírito preconcebido.

Penso que é necessário explicar essa questão com profusão de pormenores, e explicá-la de dois modos.

Primeiro, expondo e analisando o que se passou durante a guerra precedente, e declarando a todos os presentes que ignoram isso ou que fingem sabê-lo, quando, na realidade, não querem vêr o fundo da questão, sem o que é impossível falar de qualquer luta contra a guerra. Nesse ponto, penso que é necessário examinar tôdas as gradações, tôdas as opiniões que tinham surgido na época, entre os socialistas russos, a respeito da guerra. É preciso mostrar que essas gradações não surgiram por acaso, mas são devidas à própria natureza das guerras contemporâneas em geral. É preciso mostrar que, sem fazer a análise dessas opiniões e sem explicar como é que elas nascem inelutavelmente e exercem uma influência definitiva na luta contra a guerra — sem proceder a essa análise, não se saberia falar de nenhuma preparação

para a guerra nem mesmo de uma atitude consciente a seu respeito.

Em segundo lugar, é preciso considerar os conflitos atuais, mesmo os mais ínfimos, e explicar, por seu exemplo, como a guerra pode surgir cada dia de um litígio entre a Inglaterra e a França a propósito de um pormenor qualquer do tratado com a Turquia, ou então entre a América e o Japão por uma divergência fútil sobre qualquer questão do Pacífico, ou ainda entre estas ou aquelas grandes potências, por litígios coloniais, ou mesmo por litígios de política aduaneira, ou de política comercial em geral, etc. Parece-me que, se as menores dúvidas surgirem sobre a possibilidade de fazer em Haia, em toda a liberdade, um discurso contra a guerra, convém encarar uma série de astúcias para poder dizer ao menos o essencial e publicar em seguida, numa brochura, o que não se tiver podido dizer. É preciso falar, mesmo sob pena de se ter a palavra cassada pelo presidente.

Penso que, no mesmo objetivo, a delegação deve congrega mais oradores capazes e que terão a incumbência de fazer contra a guerra em geral, isto é, de desenvolver todos os principais argumentos e todas as condições da luta contra a guerra, homens dominando as três principais línguas estrangeiras e que se consagrariam a conversar com os delegados, a fim de saber a que ponto esses últimos compreenderam os principais argumentos, e a que ponto é necessário produzir tais argumentos, ou citar tais ou tais exemplos.

Talvez se possa, quanto a certo número de questões, exercer uma ação séria simplesmente citando certos fatos extraídos da última guerra. Quanto a outras, talvez só se possa exercer uma ação séria explicando os atuais conflitos entre os Estados e sua ligação com uma coalizão armada eventual.

No que se refere à luta contra a guerra, lembro-me que houve uma série de declarações de nossos deputados comunistas, feitas nos Parlamentos, como também em seus discursos extra-parlamentares, declarações que contêm coisas monstruosamente falsas e de uma monstruosa leviandade de espírito, sobre a luta contra a guerra. Penso que é necessário

que nos levantemos com a máxima energia contra semelhantes declarações, sobretudo contra as que foram feitas após a guerra, e dar impiedosamente o nome de cada um desses oradores. Pode-se suavizar à vontade, sobretudo se for necessário, a opinião sobre um orador dessa espécie, mas não se deve deixar passar em silêncio um único desses exemplos; porque tratar essa questão com leviandade é um mal que ultrapassa todo o resto e para com o qual é-nos absolutamente impossível mostrar-nos indulgentes.

Existem decisões de congressos operários que são de um absurdo e de uma inseqüência imperdoáveis.

É preciso recolher imediatamente os documentos de toda espécie, examinar minuciosamente até as menores partes de cada tema e toda a nossa «estratégia» no congresso.

Um erro e mesmo uma lacuna grave nessa questão seriam inadmissíveis de nossa parte.

4 de dezembro de 1922.

(Publicado em *Pravda*, n.º 96, 26 de abril de 1924)

INFORME AO XVII CONGRESSO DO P. C. (b) DA URSS (*)

J. STALIN

(Trecho da 1.ª parte, A Situação Internacional da União Soviética)

Finalmente, há um quarto grupo que acredita que se deve organizar a guerra contra a URSS. Pensam destruir a URSS, repartir seus territórios e enriquecer à sua custa. Seria falso admitir que somente alguns círculos militares do Japão pensam assim. Sabemos que esses mesmos planos amadurecem nos círculos políticos dirigentes de alguns Estados da Europa. Suponhamos que esses senhores passam das palavras aos atos. Que resultará disso? Há poucas dúvidas de que esta será a guerra mais perigosa para a burguesia. Será a mais perigosa, não só porque os povos da URSS lutarão até a morte pelas conquistas da revolução. Será também a mais perigosa para a burguesia porque a guerra se fará não só nas frentes de batalha, mas também na retaguarda do inimigo. A burguesia não deve duvidar que os numerosos amigos da classe operária da URSS na Europa e na Ásia tratarão de desferir golpes na retaguarda de seus opressores, que se tiverem atrevido a desencadear uma guerra criminosa contra a pátria da classe operária de todos os países. E que não se lamentem os senhores burgueses se no dia seguinte ao desta guerra perderem alguns de seus governos, que hoje reinam tranquilamente, pela «graça de Deus» (aplausos estrondosos). Deveis recordar-vos que há 15 anos

(*) J. Stalin -- *Cuestiones del Leninismo* -- Edições Políticas Estado, Moscou 1947, pág. 527.

houve uma guerra semelhante contra a URSS. Como se sabe, o honorável Churchill revestiu então a guerra de uma expressão poética: «A cruzada dos 14 Estados». Recordareis, suponho, que essa guerra reuniu todos os trabalhadores de nosso país num campo único de combatentes abnegados, que defendiam com seus corpos sua pátria operária e camponesa, contra os inimigos do exterior. Já sabeis como terminou aquela guerra. Terminou com a expulsão do nosso país dos intervencionistas, e com a criação de «Comitês de ação» revolucionários, na Europa. Não se pode duvidar de que a segunda guerra contra a URSS conduzirá à completa derrota dos agressores, à revolução numa série de países da Europa e da Ásia e à derrota dos governos burgueses-latifundiários dos referidos países.

Tais são os planos militares dos políticos burgueses, encurralados num beco sem saída.

Como vedes, não brilham por sua inteligência, nem por seu valor. (Aplausos).

Mas se a burguesia opta pelo caminho da guerra, a classe operária dos países capitalistas, levada ao desespero pela crise de quatro anos e pelo desemprego, toma, em troca, o caminho da revolução. Isso significa que a crise revolucionária amadurecendo. E a crise revolucionária continuará aguçando-se com rapidez maior, quanto mais se enredar a burguesia em suas maquinações de guerra, quanto mais freqüentemente recorrer aos métodos terrorista de luta contra a classe operária contra os camponeses trabalhadores.

Alguns camaradas pensam que, desde que existe a crise revolucionária, a burguesia tem de cair numa situação sem saída, e que, portanto, seu fim já está predeterminado, com o que, já está assegurado o triunfo da revolução e só falta aguardar a queda da burguesia e escrever resoluções vitoriosas. Isso é um profundo erro. O triunfo da revolução jamais chega por si só. É necessário prepará-lo e conquistá-lo. E unicamente um forte partido revolucionário do proletariado pode fazê-lo. Há momentos em que a situação é revolucionária, o poder da burguesia treme até os alicerces e, não obstante, o triunfo da revolução não chega, porque não existe um partido revolucio-

nário do proletariado suficientemente forte e prestigiado para conduzir atrás de si as massas e tomar o Poder nas mãos. Seria insensato supor que semelhantes «casos» não possam ocorrer.

Não será de mais lembrar, a êsse respeito, as palavras proféticas de Lenin sôbre a crise revolucionária, pronunciadas no II Congresso da Internacional Comunista:

«Chegamos agora à questão da crise revolucionária, como base de nossa ação revolucionária. E aqui é necessário, especialmente, salientar dois erros muito difundidos. De uma parte, os economistas burgueses apresentam essa crise como uma simples «perturbação», segundo a elegante expressão dos ingleses. Por outra, os revolucionários tentam às vêzes demonstrar que a crise não tem absolutamente saída. Isso é um erro. Não existem situações absolutamente sem saída. A burguesia porta-se como um pirata orgulhoso que perdeu a cabeça, comete uma loucura após outra, agravando a situação, acelerando sua catástrofe. Tudo isso é certo. Mas não se pode «provar» que esteja completamente afastada a possibilidade de que adormeça uma pequena minoria de explorados através de algumas concessões de pouca monta, de que reprima êste ou aquêle movimento ou insurreição desta ou daquela parte dos oprimidos e explorados. Tentar «provar» por antecipação a falta «absoluta» de saída, seria um pedantismo vazio ou um jôgo de conceitos e de palavras. A verdadeira «prova» nesta e em outras questões semelhantes, pode ser tão somente a prática. O regime burguês atravessa, em todo o mundo, a maior crise revolucionária. É necessário «provar» agora, com a prática dos partidos revolucionários, que êles possuem suficiente consciência, espírito de organização, ligação com as massas exploradas, decisão, capacidade de aproveitar essa crise para a revolução eficaz e vitoriosa» (Lenin, vol. XXV, págs. 340-341, «Sôbre a situação internacional e as tarefas fundamentais da Internacional Comunista»).

3. As relações entre a URSS e os Estados capitalistas

É fácil compreender até que ponto foi difícil para a URSS aplicar sua política de paz nessa atmosfera, envenenada de miasmas de maquinações de guerra.

Neste maremagnum pré-guerreiro, de que é vítima toda uma série de países, a URSS continuava permanecendo, durante estes anos, firme e inquebrantável em suas posições de paz, combatendo a ameaça de guerra, lutando pela conservação da paz, estendendo a mão àqueles países que são, de uma ou de outra maneira, a favor da conservação da paz, desmascarando e denunciando os que preparam, os que provocam a guerra.

Com que contava a URSS nessa difícil e complexa luta pela paz?

- a) Com seu crescente poderio econômico e político.
- b) Com o apoio moral das massas de milhões de homens da classe operária de todos os países, vitalmente interessada na conservação da paz.
- c) Com a sensatez daqueles países, que por umas razões ou outras, não estão interessados em violar a paz e querem desenvolver relações comerciais com um freqüês pontual como a URSS.
- d) Finalmente, com o nosso glorioso Exército, preparada para defender o país contra as arremetidas do exterior.

Sobre essa base surgiu nossa campanha pela assinatura, com os Estados vizinhos, de pactos de não agressão e sobre a definição do agressor. Sabeis que essa campanha teve bom êxito. Não só concluímos pactos de não agressão com a maioria de nossos Estados vizinhos no Ocidente e no Sul, inclusive com a Finlândia e Polônia, como também com países como a França e a Itália, e pactos sobre a definição do agressor, com nossos vizinhos, inclusive a Pequena Entente.

Sobre essa mesma base se fortaleceu a amizade entre a URSS e a Turquia, melhoraram e se tornaram indiscutivelmente satisfatórias as relações entre a URSS e a Itália, melhoraram as relações com a França, a Polônia e outros Estados do Báltico, restabeleceram-se as relações com os EE. UU., com a China etc.

INFORME AO XVIII CONGRESSO DO P. C. (b) DA URSS

J. STALIN

3. A União Soviética e os países capitalistas.

A guerra criou uma situação nova nas relações entre os países. Introduziu nessas relações uma atmosfera de alarme e incertidão. Além de haver minado as bases do regime de paz do após guerra, e haver lançado por terra as noções elementares do direito internacional, a guerra pôs uma interrogação diante do valor dos tratados e compromissos internacionais. O pacifismo e os projetos de desarmamento foram enterrados, vindo ocupar o seu lugar a febre do armamentismo. Começaram a armar-se todos, desde os pequenos até os grandes Estados; entre eles, e antes de todos, os Estados que seguem a política da não intervenção. Ninguém acredita mais nos discursos melífluos de que as concessões de Munich aos agressores e o acôrdo de Munich inauguraram uma pretensa nova era de «pacificação». Tão pouco acreditaram nisso os próprios participantes do acôrdo do Munich, Inglaterra e França, que começaram a armar-se intensivamente, tanto como os outros.

Compreende-se que a URSS não tenha podido passar por cima desses acontecimentos ameaçadores. É indubitável que toda guerra, por menor que seja, iniciada pelos agressores em qualquer rincão distante do mundo, representa um perigo para os países amantes da paz. Tanto mais grave é o perigo que representa a nova guerra imperialista que já conseguiu arrastar para dentro de sua órbita mais de 500 milhões de seres na Ásia, África e Europa. Diante do que o nosso país,

seguindo firmemente a política da manutenção da paz, desenvolveu por sua vez, um trabalho extraordinariamente intenso de fortalecimento da capacidade combativa de nosso Exército Vermelho e de nossa Marinha Vermelha de Guerra.

Ao mesmo tempo, a União Soviética, a fim de fortalecer suas posições internacionais, resolveu dar também outros passos. Em fins de 1934, nosso país entrou para a Sociedade das Nações, partindo de que, apesar de sua debilidade, esse organismo podia servir de tribuna para desmascarar os agressores e de instrumento, embora débil, da paz, que poderia freiar o desencadeamento da guerra. A União Soviética entende que, em tempos de tanto alarme, não se deve desprezar nem mesmo uma organização internacional tão débil como a Sociedade das Nações. Em maio de 1935, foi concluído, entre a França e a União Soviética, um pacto de ajuda mútua contra um possível ataque dos agressores. Simultaneamente, firmou-se um pacto semelhante com a Checoslováquia. Em março de 1936, a União Soviética assinou com a República Popular da Mongólia um pacto de ajuda mútua. Em agosto de 1937, assinou um pacto de não agressão com a República chinesa.

Nestas difíceis condições internacionais, a União Soviética vinha aplicando sua política exterior, defendendo a causa da manutenção da paz.

A política externa da União Soviética é clara e compreensível:

1. Somos pela paz e pelo fortalecimento de relações práticas com todos os países; ocupamos e continuaremos a ocupar essa posição, na medida em que esses países se mantenham nas mesmas relações com a União Soviética, na medida em que não tentem lesar os interesses de nosso país.

2. Somos pela manutenção de relações pacíficas de aproximação e boa vizinhança com todos os países que têm fronteiras comuns com a URSS; ocupamos e continuaremos a ocupar essa posição, na medida em que esses países se mantenham nessas mesmas relações com a União Soviética, na medida em que não tentem lesar, direta ou indiretamente, os interesses da integridade e inviolabilidade das fronteiras do Estado soviético.

3. Somos pelo apoio aos povos vítimas da agressão e que lutam pela independência de sua pátria.

4. Não tememos as ameaças dos agressores e estamos dispostos a responder com dois golpes a cada golpe dos provocadores de guerra, que visem atentar contra a inviolabilidade das fronteiras soviéticas.

Esta é a política externa da União Soviética. (Aplausos estrondosos e prolongados).

Na sua política externa a União Soviética se apoia:

- 1) em seu crescente poderio econômico, político e cultural;
- 2) na unidade moral e política de nossa sociedade soviética;
- 3) na fraternidade dos povos de nossa União Soviética;
- 4) em seu Exército Vermelho e em sua Marinha Vermelha de guerra;
- 5) em sua política de paz;
- 6) no apoio moral dos trabalhadores de todos os países, vitalmente interessados em manter a paz;
- 7) na sensatez dos países que não estão interessados, por umas ou outras razões, em alterar a paz.

As tarefas do Partido, no terreno da política externa, são:

- 1) continuar aplicando, daqui por diante, a política de paz e de fortalecimento das relações práticas com todos os países;
- 2) observar prudência e não permitir que nosso país seja arrastado a conflitos pelos provocadores de guerra acostumados a que os outros tirem para eles as castanhas do fogo;
- 3) reforçar por todos os meios a potência combativa de nosso Exército Vermelho e de nossa Marinha Vermelha de Guerra;
- 4) fortalecer os laços internacionais de amizade com os trabalhadores de todos os países interessados na paz e na amizade entre os povos.

ENTREVISTA AO JORNAL «PRAVDA»

J. STALIN

A um dos correspondentes de **Pravda** que se dirigia (março de 1946) a Stalin, pedindo-lhe para explicar uma série de questões levantadas pelo discurso de Churchill, Stalin deu as explicações pedidas, que vão abaixo transcritas, sob forma de respostas às perguntas do correspondente.

PERGUNTA — Que pensa do discurso pronunciado por Mr. Churchill nos Estados Unidos?

RESPOSTA — Considero que esse discurso é um ato perigoso, visando espalhar germens de discórdia entre os Estados Unidos e tornar mais difícil sua colaboração.

PERGUNTA — Pode-se julgar que o discurso de Churchill compromete a paz e a segurança mundial?

RESPOSTA — Sem contestação, sim. De fato, Mr. Churchill encontra-se atualmente na posição de um fomentador de guerra. E não é o único. Tem amigos, não só na Inglaterra, como também nos Estados Unidos. Note-se que, sob esse aspecto, Churchill e seus amigos lembram, de maneira espantosa, Hitler e seus amigos. Hitler começou a preparação para a guerra por sua proclamação de uma teoria racial, na qual declara que só as pessoas de língua alemã representavam uma nação «verdadeira», em todo o significado da palavra.

Mr. Churchill começa a preparação para a guerra

Mr. Churchill, igualmente, começa a preparação para a guerra por uma teoria racial, afirmando que só as nações de língua inglesa são nações, em toda a acepção da palavra, chamada a dirigir os destinos do mundo inteiro.

A teoria racial alemã levou Hitler e seus amigos a concluir que os alemães, na qualidade de única nação « verdadeira », deviam comandar as outras nações. A teoria racial inglesa leva Mr. Churchill e seus amigos à conclusão de que as nações de língua inglesa, por serem as únicas « verdadeiras », devem reinar sobre as outras nações do mundo.

De fato, Churchill e seus amigos, na Inglaterra e nos Estados Unidos, apresentam às nações que não falam inglês uma espécie de ultimatum: « Reconheci de bom grado nosso domínio e então tudo irá bem; em caso contrário, a guerra é inevitável ».

Mas se as nações derramaram seu sangue no decorrer de cinco anos de uma guerra terrível, foi pela liberdade e a independência de seu país, e não para substituir o domínio dos Hitler pelos dos Churchill.

E, portanto, muito provável que as nações não falando inglês, e que representam a enorme maioria da população do globo, não aceitarão a volta a uma nova escravidão. A tragédia de Mr. Churchill consiste no fato de não compreender, tory empedernido que é, esta verdade simples e evidente.

SUA POSIÇÃO É CONTRÁRIA AOS ACORDOS EXISTENTES

Não há dúvida alguma de que a posição tomada por Mr. Churchill é uma posição que conduz à guerra, um apelo à guerra contra a U.R.S.S. É claro, ainda, que essa posição assumida por Mr. Churchill é incompatível com o tratado de aliança que existe atualmente entre a Inglaterra e a U.R.S.S. É verdade que, para confundir seus auditores, declarou, de passagem, que o tratado anglo-soviético de auxílio mútuo e de cooperação poderia facilmente ser prolongado por um período de cinquenta anos. Mas como conciliar tal declaração de Mr. Churchill com sua posição que conduz à guerra contra a URSS, com sua pregação em favor da guerra contra a URSS?

É evidente que êsses fatos são absolutamente inconciliáveis. E se, convidando à guerra contra a URSS, Mr. Churchill considera, entretanto, que o tratado anglo-soviético pode ser prolongado, atingindo um prazo de cinquenta anos, isso mostra que considera êsse tratado como um papel sem importância, servindo apenas para cobrir e mascarar sua posição anti-soviética. Eis porque não se pode considerar seriamente as falsas declarações dos amigos de Mr. Churchill na Grã-Bretanha, relativas a uma prolongação do tratado anglo-soviético por um prazo de cinquenta anos e mais. A prolongação do tratado não tem sentido se uma das partes viola o tratado e o transforma num papel vazio de sentido.

CALÚNIAS GROSSEIRAS A RESPEITO DA URSS E DE SEUS VIZINHOS

PERGUNTA — Que pensa da parte do discurso na qual Mr. Churchill ataca o regime democrático dos Estados europeus vizinhos da URSS e em que critica as relações de boa vizinhança estabelecidas entre êsses Estados e a União Soviética?

RESPOSTA — Essa parte do discurso de Mr. Churchill apresenta uma mistura de elementos de calúnia com elementos de grosseria e de falta de tato. Mr. Churchill afirma que «Varsóvia, Berlim, Belgrado, Bucarest, Sofia, tôdas essas cidades célebres, com a população dos arredores, se encontram na esfera soviética e sofrem tôdas elas, de uma ou de outra forma, não só a influência soviética, mas ainda, em grande medida, o contróle crescente de Moscou». Mr. Churchill qualifica tudo isso de «tendências expansionistas» sem limites da U.R.S.S.

Não é necessário fazer grandes esforços para demonstrar que Mr. Churchill calunia grosseiramente, e de forma imperdoável, tanto Moscou quanto os Estados vizinhos da U.R.S.S., de que acima se trata.

Primeiro, é perfeitamente absurdo falar de contróle exclusivo da URSS em Viena e em Berlim, onde se encontram também conselhos de contróle aliado compostos de represen-

tantes das quatro potências, e onde a URSS dispõe apenas de um quarto das vozes. Acontece que certas pessoas não podem deixar de caluniar, mas é preciso, entretanto, não ultrapassar as medidas.

Segundo, não se deve esquecer das circunstâncias seguintes: os alemães invadiram a URSS através da Finlândia, da Polônia, da România, da Bulgária, da Hungria. Puderam executar sua agressão através desses países porque nesses últimos existiam então, governos hostis à União Soviética.

Em consequência da invasão alemã, a União Soviética perdeu definitivamente, nos combates com os alemães, durante a ocupação e pelo envio de homens soviéticos nas prisões alemães, perto de 17 milhões de pessoas. Em outras palavras, as perdas da União Soviética ultrapassam várias vezes as da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos tomada em conjunto.

É possível que, em certos lugares, esteja-se inclinado a esquecer essas perdas colossais do povo soviético, que tornaram possível a libertação da Europa do jugo hitlerista. Mas a União Soviética não pode esquecer essas perdas. É o caso de se perguntar o que pode haver de extraordinário no fato de, querendo garantir sua segurança no futuro, esforçar-se a União Soviética por obter que esses países tenham governos capazes de observar uma atitude leal para com a URSS. Como se pode, quando se tem bom senso, qualificar essas atitudes pacíficas da União Soviética de tendências expansionistas de nosso Estado?

Mais adiante, afirma Mr. Churchill que «o governo polonês, encontrando-se sob o domínio dos russos, foi encorajado a formular contra a Alemanha exigências territoriais enormes e injustificáveis». Cada uma dessas palavras é uma calúnia grosseira e insultante.

A Polônia democrática atual é dirigida por homens eminentes. Eles mostraram, por seus atos, que sabem defender os interesses e a dignidade de sua pátria melhor do que puderam fazê-lo seus predecessores. Que razões pode invocar Mr. Churchill para afirmar que os dirigentes da Polónia contemporânea podem tolerar em seu país o «domínio» de representantes de qualquer Estado estrangeiro, seja ele qual for? As

calúnias de Mr. Churchill contra os «Russos» não serão ditadas pela intenção de semear gérmenes de discórdia nas relações entre a Polônia e a União Soviética?

Mr. Churchill não está contente de que a Polônia tenha efetuado uma virada em sua política a favor da amizade e da aliança com a URSS. Houve um tempo em que nas relações entre a Polônia e a URSS predominavam os elementos de discórdia e de contradições. Isso dava aos homens de Estado do gênero de Mr. Churchill a possibilidade de fazer seu jôgo à custa dessas contradições, de procurar pôr a mão sôbre a Polônia sob o pretexto de protegê-la dos Russos, de agitar o espectro da guerra entre a URSS e a Polônia e conservar a posição de árbitro.

Mas essa época findou, pois a hostilidade entre a Polônia e a Rússia foi substituída pela amizade polono-soviética. A Polônia atual, democrática, não quer mais servir de bola, de joguete, nas mãos de estrangeiros. Parece-me que é precisamente essa circunstância que irrita Mr. Churchill e o impele a declarações grosseiras, desprovidas de tato, contra a Polônia. Pensem um pouco: já não é permitido jogar à custa de outrem!

No que se refere aos ataques de Mr. Churchill contra a União Soviética, a respeito da extensão das fronteiras ocidentais da Polônia graças à retomada de territórios outrora tirados da Polônia pela Alemanha, parece-me que Mr. Churchill trapaceia abertamente com os dados.

Como se sabe, a decisão relativa às fronteiras ocidentais da Polônia foi adotada na Conferência de Berlim das três potências, na base dos pedidos poloneses. A União Soviética declarou por várias vezes que considerava justos e equitativos êsses pedidos. É muito provável que Mr. Churchill não esteja contente com essa decisão.

Mas porque Mr. Churchill, sem poupar suas flechas contra a posição dos Russos nessa questão, esconde a seus auditores o fato de ter sido essa decisão tomada por unanimidade na Conferência de Berlim, e votada não só pelos Russos mas também pelos ingleses e americanos. Por que precisa Mr. Churchill induzir em êrro seus auditores?

Mr. Churchill afirma, em seguida, que «os partidos comunistas eram muito débeis em todos êsses Estados da Europa oriental, adquiriram uma fôrça extraordinária ultrapassando, em muito, sua importância em efetivos, e esforçam-se em instaurar por tôda parte um contrôle totalitário», que «governos policiais dominam, em quase todos os países, e que, na hora atual, não existe nenhuma democracia verdadeira, com exceção da Tchecoslováquia».

Como se sabe, na Inglaterra um único partido dirige agora o Estado: o Partido Trabalhista, enquanto que os partidos de oposição estão privados do direito de participar no governo inglês. No país de Mr. Churchill, isto se chama o verdadeiro espírito democrático. Na Polônia, na Bulgária, na Rumânia, na Iugoslávia, na Hungria, quem governa é um bloco de vários partidos, um bloco de quatro a seis partidos, e a oposição, desde que seja mais ou menos leal, tem assegurado o direito de participar do governo. Para Mr. Churchill, isso se chama totalitarismo, tirania, ditadura policial. Por que? Por que motivo? Não espereis resposta por parte de Mr. Churchill. Mr. Churchill não compreende que se está colocando numa posição cômica com êsses discursos barulhentos sobre o totalitarismo, a tirania, a ditadura policial.

Mr. Churchill desejaria que a Polônia fôsse governada por Sonokowsky e Anders, a Iugoslávia por Mikhailowitch e Pavelitch, a Rumânia pelo príncipe Stirbey e Radescu, a Hungria e a Áustria por qualquer rei da casa dos Habsburgo, e assim por diante. Desejaria convencer-nos de que êsses senhores do covil fascista podem garantir «uma ordem verdadeiramente democrática». Assim é o «espírito democrático de Mr. Churchill».

AS RAZÕES DA INFLUÊNCIA DOS COMUNISTAS

Mr. Churchill não está longe da verdade quando fala da influência aumentada dos partidos comunistas na Europa oriental. Convém, entretanto, notar que não é muito preciso. A influência dos partidos comunistas aumentou não só na Europa oriental, mas também em todos os países onde outrora

dominava o fascismo (Itália, Alemanha, Hungria, Bulgária, Romênia, Finlândia), ou ainda existia ocupação alemã, italiana ou húngara (França, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Grécia, União Soviética, etc...)

O crescimento da influência dos comunistas não pode ser considerado como obra do acaso mas sim como um fenômeno inteiramente legítimo. A influência dos comunistas aumentou porque, durante os duros anos do domínio fascista na Europa, os comunistas se mostraram combatentes seguros, audazes, devotados contra o regime fascista, pela liberdade dos povos.

A «GENTE SIMPLES» MONTA A GUARDA

Mr. Churchill lembra às vezes, em seus discursos, «a gente simples que vive em casas modestas». Dá-lhes, como um grão senhor, tapinhas amistosas nos ombros e se diz seu amigo. Mas esses homens não são tão simples quanto se poderia pensar à primeira vista. Essa «gente simples» tem seu ponto de vista, sua política, e sabe defender-se.

Foram eles, os milhões que compõem essa «gente simples», que venceram Mr. Churchill e seu partido na Inglaterra, dando seus votos aos trabalhistas.

Foram eles, os milhões que compõem essa «gente simples» que isolaram na Europa os reacionários e os partidários da colaboração com o fascismo e deram sua preferência aos partidos democráticos da esquerda.

Foram eles, os milhões que compõem essa «gente simples», que, após haverem provado os comunistas no fogo da luta e da resistência ao fascismo, decidiram que os comunistas mereciam plenamente a confiança do povo.

Foi assim que aumentou na Europa a influência dos comunistas. Tal é a lei do desenvolvimento histórico.

Naturalmente, Mr. Churchill não está satisfeito com semelhante desenvolvimento dos acontecimentos, e toca o alarme, apelando para a força.

Mas Mr. Churchill também não estava satisfeito com o aparecimento do regime soviético na Rússia, após a primeira guerra mundial. Nessa época, também tocava o alarme, e organizou a campanha militar «dos quatorze Estados» contra a Rússia, propondo-se a fazer voltar para trás a roda da história.

A história, porém, mostrou-se mais forte do que a intervenção churchilliana e o donquixotismo de Mr. Churchill levou-o a sofrer, na época, uma derrota completa.

Não sei se Mr. Churchill e seus amigos conseguirão organizar, após a segunda guerra mundial, uma nova campanha militar contra a «Europa oriental». Mas, se o conseguirem, o que é pouco provável, pois milhões de pessoas que são a «gente simples» montam guarda para defender a causa da paz, pode-se dizer com segurança que serão derrotados, assim como foram derrotados outrora, há vinte e seis anos .

«OS FOMENTADORES DE GUERRA TÊM MEDO DE UM ENTENDIMENTO COM A UNIÃO SOVIÉTICA»

J. STALIN

Texto de importante entrevista concedida pelo generalíssimo Stalin, ao redator chefe de Pravda, órgão central do Partido Comunista (bolchevista) da U.R.S.S.

Eis o texto das perguntas e respostas:

PRIMEIRA PERGUNTA — Como considera o resultado da discussão, no seio do Conselho de Segurança, da questão relativa à situação em Berlim, assim como a conduta dos representantes anglo-americanos e franceses nesse caso?

RESPOSTA — Considero-os como uma manifestação da natureza agressiva da política dos meios dirigentes anglo-americanos e franceses.

SEGUNDA PERGUNTA — É verdade que no mês de agosto deste ano já se tinha chegado a um acôrdo entre as quatro grandes potências sôbre a questão de Berlim?

RESPOSTA — Sim, é verdade. Sabe-se que, a 30 de agosto último, se tinha chegado, em Moscou, a um acôrdo entre os representantes da URSS, dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, em vista de tomar medidas simultâneas para levantar as restrições trazidas aos transportes, de um lado, e introduzir em Berlim o marco alemão da zona soviética como moeda única, de outro lado. Esse acôrdo não afetava o prestígio de ninguém, tomava em consideração os interesses das partes e garantia a possibilidade de uma colaboração ulterior. Mas os governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha desautorizaram seus representantes em Moscou e declararam esse

acôrdo como não existente, isto é, violaram o acôrdo, decidindo transferir a questão para o Conselho de Segurança, onde os anglo-americanos dispõem de maioria assegurada.

TERCEIRA PERGUNTA — É verdade que, recentemente, no decorrer das conversações não oficiais, quando da discussão dessa questão em Paris, no seio do Conselho de Segurança, já se tinha chegado, ainda uma vez, a um acôrdo relativo à situação de Berlim, antes mesmo que essa questão tenha sido objeto de um voto no seio do Conselho de Segurança?

RESPOSTA — Sim, é verdade. O representante da Argentina, Sr. Bramuglia, que ao mesmo tempo, era presidente do Conselho de Segurança, e que, em nome das outras potências interessadas, prosseguia as negociações não oficiais com o camarada Vichinsky, tinha, efetivamente, entre as mãos um projeto concertado em vista da solução da situação em Berlim, mas os representantes do Estados Unidos e da Inglaterra, mais uma vez, declararam esse acôrdo não existente.

QUARTA PERGUNTA — Não poderiam ser explicadas as razões desse fato?

RESPOSTA — Isso se explica pelo fato de que os promotores da política agressiva nos Estados Unidos e na Inglaterra não se julgam interessados em assegurar um acôrdo ou uma colaboração com a União Soviética. Não precisam nem de um acôrdo nem de uma colaboração, mas sim de «conversações» sôbre um acôrdo ou uma cooperação, a fim de fazer falhar esse acôrdo e de tornar a União Soviética responsável pelo fracasso, tentando assim, provar a impossibilidade de uma colaboração com a U.R.S.S.

Os fomentadores de guerra temem, mais do que tudo, os acordos e a cooperação com a URSS, visto que a política de cooperação com a URSS compromete as posições dos fomentadores de guerra e tira qualquer objetivo à política agressiva desses senhores.

É justamente por isso que anulam os acordos já realizados, desautorizam seus representantes que elaboraram esses acordos com a URSS, e, violando a Carta da ONU, levam a questão perante o Conselho de Segurança, onde têm maioria assegurada e onde podem demonstrar tudo o que querem.

Tudo isso para mostrar a impossibilidade de uma cooperação com a URSS., para mostrar que é indispensável uma nova guerra e preparar, assim, as condições favoráveis à deflagração desse conflito.

A política atual dos dirigentes anglo-americanos é bem caracterizadamente uma política de agressão e de fomentadores de guerra.

QUINTA PERGUNTA — E como se deve julgar o comportamento dos representantes dos seis Estados no seio do Conselho de Segurança da China, do Canadá, da Bélgica, da Argentina, da Colômbia e da Síria?

RESPOSTA — Esses senhores apoiam, aparentemente, a política de agressão, a política de deflagração da guerra.

SEXTA PERGUNTA — Que pode resultar de tudo isso?

RESPOSTA — De tudo isso só pode resultar uma vergonhosa derrota dos instigadores de uma nova guerra. Churchill, principal instigador de uma nova guerra, já perdeu a confiança de sua nação e das forças democráticas do mundo inteiro. A mesma sorte espera todos os outros instigadores de guerra. Os povos ainda se lembram muito vivamente dos horrores da guerra recente, e as forças da opinião pública favoráveis à paz são demasiadamente poderosas para que os discípulos de Churchill em matéria de agressão possam dominá-las e fazê-las pender para o lado de uma nova guerra.

RESPOSTA A CARTA ABERTA DO SR. WALLACE

J. STALIN

«Creio que entre os documentos políticos dos tempos recentes, que têm como objetivo a consolidação da paz, a promoção da cooperação internacional e o fortalecimento da democracia, a carta aberta do Sr. Wallace, candidato à presidência pelo Terceiro Partido dos Estados Unidos, é o documento mais importante.

«A carta aberta do Sr. Wallace não pode ser considerada como simples manifestação do desejo de melhorar a situação internacional, da conveniência de resolver pacificamente as divergências entre a URSS e os Estados Unidos, e o desejo de encontrar meios para tal solução.

«A insuficiência da declaração do governo dos Estados Unidos, a 4 de maio, e da resposta da URSS, a 9 de maio, consiste no fato de que não vão além de falar da conveniência de resolver as divergências soviético-norte-americanas.

«O significado importante da carta aberta, consiste no fato de que não se limita a tal manifestação, mas que vai além: dá um passo à frente sério e expressa um programa concreto para a solução pacífica das divergências entre a URSS e os Estados Unidos. Não se pode dizer que a carta aberta do Sr. Wallace abrange todos os problemas que essas divergências fazem aparecer. Não se pode dizer tão pouco que certas formulações e comentários da carta aberta não precisem ser melhorados.

«Mas, isso não constitui o mais importante, neste momento. O principal é que o Sr. Wallace, em sua carta, faz uma franca e honesta tentativa para apresentar um progra-

ma concreto para a solução pacífica, fazendo propostas concretas sobre todos os pontos básicos de divergência entre a URSS e os Estados Unidos.

«Essas propostas são conhecidas de todo o mundo:

«Redução geral dos armamentos e proibição da arma atômica; conclusão de tratados de paz com a Alemanha e o Japão e a questão da evacuação de tropas desses países; evacuação das tropas da China e Coréia, respeito à soberania individual dos diferentes países e não intervenção em seus assuntos internos; proibição de estabelecer bases militares em países membros da ONU, desenvolvimento máximo do comércio internacional, excluindo toda espécie de discriminação, ajuda dentro das Nações Unidas e reabilitação econômica dos países que sofreram as conseqüências da guerra; defesa da democracia e a garantia dos direitos civis a todos os países, etc.

«E' possível estar de acôrdo ou não com o programa do Sr. Wallace, mas há uma coisa que não admite dúvida; não há um só estadista que deseje a paz e a cooperação entre os povos que possa fazer caso omisso desse programa, já que reflete as esperanças e lutas dos povos pela consolidação da paz, e é indubitável que terá o apoio de muitos milhões de pessoas. Eu não sei se o govêrno dos Estados Unidos aprova o programa do Sr. Wallace como base para acôrdo entre a URSS e os Estados Unidos. No que diz respeito ao govêrno da URSS, o programa do Sr. Wallace pode servir de base boa e proveitosa para tal acôrdo e para o desenvolvimento da cooperação internacional, já que o govêrno da URSS considera que, apesar da diferença nos sistemas econômicos e na ideologia a coexistência desses sistemas, a solução pacífica das divergências entre a URSS e os Estados Unidos da América, não apenas são possíveis mas absolutamente necessários no interesse da paz geral.

17 de maio de 1948

**ENTREVISTA AO JORNALISTA AMERICANO
KINGSBURY SMITH**

(Janeiro de 1949)

J. STALIN

PERGUNTA: — Estará o govêrno da U.R.S.S. disposto à publicação de uma declaração conjunta com o govêrno dos Estados Unidos da América, afirmando que os respectivos governos não têm a intenção de recorrer à guerra um contra o outro?

RESPOSTA DE STALIN: — O govêrno soviético está disposto a considerar a publicação de tal declaração.

PERGUNTA: — Estará o govêrno da U.R.S.S. disposto a unir-se ao govêrno dos Estados Unidos na execução de medidas destinadas a levar a cabo êste pacto de paz, tais como o desarmamento gradual?

RESPOSTA DE STALIN: — Naturalmente o govêrno da U.R.S.S. poderia cooperar com o govêrno dos Estados Unidos na adoção de medidas destinadas a levar a cabo êsse pacto de paz e que conduzissem ao desarmamento gradual.

PERGUNTA: — Se os governos dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e da França concordarem em adiar o estabelecimento de um Estado ocidental alemão separado, enquanto uma reunião de ministros do Exterior considera os problemas alemães em conjunto, estará o govêrno da URSS preparado para remover as restrições que as autoridades soviéticas impuseram às comunicações entre Berlim e as zonas ocidentais da Alemanha?

RESPOSTA DE STALIN: — Contanto que os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha e a França observem as condições estabelecidas na terceira pergunta, o governo soviético não vê obstáculos ao levantamento das restrições ao transporte, entendendo-se, porém, que as restrições de transporte e de comércio estabelecidos pelas três potências sejam levantadas simultaneamente.

PERGUNTA: — Estará V. Excia. disposto a conferenciar com o presidente Truman, em local mutuamente conveniente, para discutir a possibilidade de conclusão de tal pacto de paz?

RESPOSTA DE STALIN: — Já declarei antes que não há objeção a tal reunião.

**TELEGRAMA AO JORNALISTA KINGSBURY SMITH, EM
RESPOSTA A UMA CONSULTA.**

**«Ao Sr. Kingsbury Smith,
Diretor Geral do I. N. S. na Europa.**

— Em resposta ao vosso telegrama de 1.º de fevereiro, agradeço ao presidente Truman pelo convite que me foi dirigido para visitar Washington.

Visitar Washington há muito tempo é desejo meu e o expressei ao presidente Roosevelt, em Yalta, e ao presidente Truman, em Potsdam. Lamento, entretanto, que no momento me veja impossibilitado de satisfazer esse meu desejo, porquanto os médicos se opuseram vigorosamente a que eu faça quaisquer longas viagens, por mar ou pelo ar.

O govêrno da União Soviética receberia com o maior entusiasmo a visita do presidente Truman à U.R.S.S.

Uma conferência poderia ser realizada em Moscou, Leningrado, Kaliningrado, Odessa ou Yalta, de acôrdo com a escolha do presidente, se tal não lhe apresentasse qualquer inconveniente.

Se, entretanto, essas propostas não forem aceitas pelo presidente Truman, uma reunião poderia ser levada a efeito na Polônia ou na Tchecoslováquia, de acôrdo com os desejos do presidente.

Respeitosamente,

JOSEPH STALIN»